

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Izabela Cristina de Souza Pfiffer de Oliveira

A democracia nos limites do capitalismo dependente:
reflexões a partir de *los nuestros*

Florianópolis
2024

Izabela Cristina de Souza Pfiffer de Oliveira

A democracia nos limites do capitalismo dependente:
reflexões a partir de *los nuestros*

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Sócio-econômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Serviço Social

Orientadora: Prof.(a) Heloisa Teles, Dr.(a)

Florianópolis

2024

Folha de identificação da obra

Oliveira, Izabela Cristina de Souza Pfiffer de

A democracia nos limites do capitalismo dependente: : reflexões a partir de los nuestros / Izabela Cristina de Souza Pfiffer de Oliveira ; orientadora, Heloisa Teles, 2024.

79 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. democracia. 3. América Latina. 4. capitalismo dependente . 5. teoria social crítica. I. Teles, Heloisa. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Izabela Cristina de Souza Pfiffer de Oliveira

A democracia nos limites do capitalismo dependente:
reflexões a partir de *los nuestros*

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharela aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2024.

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof.(a) Heloisa Teles Dr.(a)
Orientadora

Prof.(a) Dilceane Carraro Dr.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Giulia Valentina Gisler
Assistente Social

Florianópolis, 2024.

Às massas que fazem a história e
escrevem sua própria memória.

AGRADECIMENTOS

Dizem que a escrita do trabalho de conclusão de curso é muito solitária. E não que este trabalho tenha sido escrito por várias pessoas, diretamente, mas indiretamente, é resultado de um percurso nada solitário, graças às pessoas que apareceram no meu caminho. Para que eu pudesse alcançar o resultado dessa pesquisa, muitas mãos tocam este trabalho.

À minha orientadora Heloisa Teles. Quando me dei conta, por conta da relação que criamos, estava vivendo a experiência de ser profundamente transformada através da educação. Toda a minha admiração por quem tu és - uma brilhante Assistente Social, professora e pesquisadora, que compartilhou comigo uma nova forma de ver o mundo. Esse trabalho não seria possível sem você.

Aos meus pais, Adriana e Marcelo, que com muito trabalho e abrindo mão dos próprios sonhos pessoais, abriram os caminhos para que eu chegasse aqui hoje. Obrigada por tornarem o meu objetivo o de vocês, e fazer isso com tanto carinho, cuidado e apoio, tornando essa caminhada mais leve.

Aos meus irmãos, Bruna e Marcelo, que são meus melhores amigos desde que eu me reconheço como alguém nesse mundo. Tudo que sou e sei sobre a vida é reflexo do que tenho vivido ao lado de vocês. É de um conforto gigante entender que mesmo tão diferentes enquanto pessoas, compartilhamos sentimentos e experiências tão parecidas e por isso, nos entendemos como ninguém. Amo vocês mais que tudo.

Às minhas melhores amigas, Gabriela e Amanda, que me ensinaram tanto sobre amizade. Quando a tristeza, a saudade e angústia vieram me visitar, vocês me rodearam do mais sincero amor e companheirismo. É difícil pensar em solidão quando tenho duas pessoas tão dispostas a largar qualquer coisa e sair correndo para me acolher. A genuinidade do que construímos nesse caminho é única e ocupa um lugar eterno dentro de mim. Amo vocês incondicionalmente.

A Laura, a quem eu certamente não poderia deixar de agradecer pelo grande carinho que criamos uma pela outra durante essa jornada. A Eduarda Wilke, pela leveza da tua companhia e pelas nossas diferenças que me fizeram enxergar tantas coisas com outros olhos. A Eduarda Salla, que nessa trajetória final do curso me lembrou da coisa bonita que é se aproximar de alguém e ser profundamente

inspirada por uma nova pessoa. A Amabille, por me tirar da rotina e me fazer gargalhar quando as coisas estavam tão difíceis. Amo vocês.

Ao meu companheiro Guilherme, pela oportunidade de viver novas experiências durante esse período que pode ser tão monótono, pelo carinho e acolhimento todos os dias depois de incansáveis horas na frente do computador e por tudo que ainda temos para viver.

Ao Coletivo e Grupo de Estudos e Pesquisas Veias Abertas, às professoras e integrantes que disputam tão rigorosamente por uma mirada latino-americana, genuinamente comprometidos em desvendar as belezas e contradições do nosso território.

Dos medos nascem as coragens. Os sonhos anunciam outra realidade possível, e os delírios, outra razão. Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia. Nessa fé, fugitiva, eu creio.

(Galeano, 2022)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apreender a particularidade da democracia na América Latina a partir da tradição marxista e do pensamento social crítico latino-americano. Com essa finalidade, foram utilizados como referenciais teóricos autores marxistas clássicos como Marx, Engels e Lênin e os autores latino-americanos Agustín Cueva, Atilio Borón e Jaime Osório. A construção teórico-metodológica observou a mediação das categorias do Estado, capitalismo e democracia na perspectiva da totalidade para então alcançar a particularidade da democracia, alicerçada na formação sócio-histórica latino-americana e fundamentado na Teoria Marxista da Dependência. Para tanto, foi adotado o método crítico dialético para realizar sucessivas aproximações com as categorias centrais. As considerações alcançadas evidenciam os limites estruturais da democracia à margem do capitalismo dependente e das demandas do capital externo a qual o Estado subsoberano encontra-se submetido. As forças dominantes da região atuam para a manutenção do ideário democrático baseado nos princípios da democracia burguesa, tornando a igualdade jurídico-formal um discurso vazio diante dos reflexos da superexploração da força de trabalho na vida das massas. Considerando esta realidade, a possibilidade de superação da democracia nos limites do capitalismo dependente está enraizada na própria contradição da qual ela surge. Mais do que nunca a superação do capitalismo se apresenta como tarefa histórica para a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Democracia; América Latina; capitalismo dependente; teoria social crítica.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender la particularidad de la democracia en América Latina a partir de la tradición marxista y el pensamiento social crítico latinoamericano. Para ello se utilizaron como referentes teóricos autores marxistas clásicos como Marx, Engels y Lenin y autores latinoamericanos Agustín Cueva, Atilio Borón y Jaime Osório. La construcción teórico-metodológica observó la mediación de las categorías de Estado, capitalismo y democracia desde la perspectiva de la totalidad para luego llegar a la particularidad de la democracia, a partir de la formación sociohistórica latinoamericana y fundamentada en la Teoría marxista de la Dependencia. Para ello se adoptó el método dialéctico crítico para realizar sucesivos acercamientos a las categorías centrales. Las consideraciones alcanzadas ponen de relieve los límites estructurales de la democracia al margen del capitalismo dependiente y de las exigencias del capital externo a las que se encuentra sometido el Estado subsoberano. Las fuerzas dominantes en la región actúan para mantener una ideología democrática basada en los principios de la democracia burguesa, haciendo de la igualdad legal formal un discurso vacío dadas las consecuencias de la superexplotación de la fuerza laboral en la vida de las masas. Considerando esta realidad, la posibilidad de superar la democracia dentro de los límites del capitalismo dependiente tiene sus raíces en la contradicción misma de la que surge. Más que nunca, superar el capitalismo se presenta como una tarea histórica para la clase trabajadora.

Palabras clave: Democracia; América Latina; capitalismo dependiente; Teoría social crítica.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 APROXIMAÇÕES COM O DEBATE POLÍTICO-CONCEITUAL SOBRE A DEMOCRACIA DESDE O MARXISMO	17
2.1 ESTADO E DEMOCRACIA: A RELAÇÃO APARENTE ENTRE DOMINAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE	20
2.2 DEMOCRACIA E MARXISMO	26
3 A QUESTÃO DEMOCRÁTICA EM NUESTRA PÁTRIA GRANDE	35
3.1 PREMISSAS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURAL DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA	37
3.2 A DEMOCRACIA A PARTIR DE LOS NUESTROS	45
3.2.1 Agustín Cueva: “a democracia não é uma casca vazia”	47
3.2.2 Atilio Borón: “a liberdade não pode sobreviver onde um cidadão indigente está disposto a vendê-la por um ‘prato de lentilhas’”	52
3.2.3 Jaime Osório: “a aporia entre o projeto econômico e o discurso político”	60
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a democracia na América Latina requer a análise das contradições inerentes ao modo de produção capitalista e da condição de dependência assumida na particularidade latino-americana. O nosso território é forjado por tensões, violências, lutas, revoluções e contrarrevoluções que resultam, como destaca Osório (2014, p. 258), em uma “estranha convivência de uma institucionalidade supostamente democrática e uma vida societária submetida ao poder do capital”.

A questão central deste trabalho - a relação entre democracia e capitalismo dependente - tem como base determinações histórico-estruturais que constituem a particularidade latino-americana e sua inserção no processo de acumulação do capital. Por isso, falar sobre a questão democrática inserida no contexto latino-americano de capitalismo dependente é considerar também as complexas contradições surgidas desde o colonialismo e agudizadas no capitalismo dependente que forjaram uma região política e economicamente subalternizada e periférica.

Este trabalho parte da categoria¹ transição, enquanto processo histórico, para alcançar os elementos constitutivos do modo de produção escravista que foram conservados na passagem para o modo de produção capitalista, pois, conforme Marx (1975; 2008), o momento de transição não se traduz no desaparecimento por completo de condições anteriores, mas “engendra as continuidades e rupturas, como o processo que dissolve determinadas relações de produção e possibilita a germinação de outras distintas” (Souza, 2020, p. 33).

No caso latino-americano, a lógica da propriedade privada, o privilégio dos interesses externos em detrimento às demandas nacionais, o latifúndio e monocultura, as relações políticas pautadas no autoritarismo, mando e coerção que deram base para a estruturação e desenvolvimento do escravismo colonial não só foram conservadas durante a transição, como são intrínsecas à reprodução do capital até os dias atuais.

¹ No contexto da teoria marxista, entendemos as categorias como “expressões teóricas do concreto” (Luce, 2018, p. 25)

Importa reconhecer-se que o modo de produção escravista variou em termos de estrutura produtiva de acordo com as especificidades de cada região da *nuestra* Pátria Grande. Entretanto, mesmo que sujeito as variações regionais, os processos que conformaram a invasão e colonização dos territórios constituíram-se por meio de múltiplas violências, expropriação e trabalho forçado dos povos originários deste território e dos povos de África sequestrados de suas terras. Esse processo resultou no que Cueva (2023) denomina como desacumulação primitiva, ou seja, na subordinação e drenagem das riquezas pelas veias abertas da América Latina, como diria Eduardo Galeano.

Em um cenário de complexificação da luta de classes entre senhores e escravizados, somada à falta de condições para a continuidade da reprodução do escravismo diante do cenário mundial, a América Latina começou a transitar para o capitalismo. Como apontado anteriormente, a transição entre modos de produção não se expressam na liquidação por inteiro de seus elementos. A plena integração da América Latina ao sistema capitalista mundial, no momento em que este atinge seu estágio imperialista no final do século XX, não se dá a partir de um ponto zero, mas sobre uma condição econômica e social já existente. Essa estrutura, herdada do período colonial, particularizou-se pelo desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais baseadas na escravidão (Cueva, 2023).

Desta configuração desenvolvem-se os processos de Independências nacionais durante o século XIX, atravessados pelo conteúdo de classe de seu tempo histórico. Nesse contexto, conformam-se os Estados nacionais latino-americanos nos limites do capitalismo dependente, que, além das contradições inerentes a um Estado de classes, na sua condição de dependência é atravessado por processos que determinam sua particularidade.

O primeiro processo refere-se à dimensão da subsoberania em relação aos Estados dos países centrais e imperialistas, o que implica um enfraquecimento da burguesia do capitalismo dependente. Esta debilidade estrutural das classes dominantes, somadas às contradições inerentes ao modo de produção capitalista nos territórios periféricos e dependentes, são compensadas pelo autoritarismo do Estado e do governo, mesmo dentro de regimes democráticos. O segundo elemento refere-se a superexploração dos trabalhadores latino-americanos, que, através da intensificação do trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho e do pagamento

abaixo do mínimo que garanta a reprodução dos trabalhadores, geram agudas fraturas sociais (Osório, 2019).

Frente a essa complexa trama histórica que começa com a invasão colonial da América Latina, poucos foram os períodos em que o território vivenciou a experiência de regimes políticos democráticos. Não se pode perder de vista, neste enredo, o âmago do subdesenvolvimento no território latino-americano. Diante desta complexa relação entre o interno e o externo, o econômico e o político, desenvolve-se uma trama de múltiplas e recíprocas determinações que se manifestam através da luta de classes (Cueva, 2023).

Essa realidade pode justificar, em primeiro plano, o porquê do tema da democracia ser tão recorrente e presente nas narrativas da esfera sócio-política. Entretanto, ao propor um olhar crítico sob a temática pela lente da Teoria Marxista, compreende-se que a questão democrática no contexto latino-americano carrega em si camadas que transcendem sua definição corrente. Na busca de um aprofundamento sobre a temática da democracia, a dimensão investigativa do Serviço Social contribui para que a análise alicerçada em uma perspectiva teórico-política comprometida com a totalidade.

No âmbito do Serviço Social brasileiro, a discussão sobre a democracia foi intensa a partir da década de 1970, diante do cenário desalentador que se conformava no território com a ditadura militar. O resultado dos debates e estudos acerca da temática aparece no Código de Ética do/a Assistente Social (CFESS, 1993), que reflete os valores ético-políticos centrais em disputa dos(as) assistentes sociais comprometidos com uma atuação crítica. No documento, a defesa do aprofundamento da democracia aparece enquanto princípio fundamental para a atuação da categoria.

De acordo com o documento, a atuação dos(as) assistentes sociais deve ter como finalidade a viabilização da participação dos usuários nos processos e decisões institucionais. No entanto, para além da associação com o engajamento político, o princípio aponta a democracia como ferramenta para socialização da riqueza produzida. Interessa neste trabalho, portanto, uma apropriação sobre a democracia na América Latina, reconhecendo sua importância para o Serviço Social enquanto princípio fundamental, mas igualmente compreendendo a problemática de

reproduzirmos discursos sem qualificar de forma crítica a natureza e função sobre um tema tão caro para a categoria.

Dessa forma, entender a democracia dentro da dinamicidade das relações econômicas, políticas e ideológicas permite identificar as contradições que perpassam o alcance democrático e portanto, as possibilidades e limites postos à atuação dos(as) assistentes sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que se inserem.

A aproximação com o tema se deu durante a graduação, quando tive a oportunidade de ocupar espaços de estudo e pesquisa alinhados com a perspectiva latino-americanista. Essa trajetória ganhou impulso a partir da minha entrada no Grupo de Estudo e Pesquisa Coletivo Veias Abertas, cujo projeto de extensão e grupo de estudos propõem-se a debater criticamente sobre as particularidades da América Latina. Debruçar-se sobre o conceito de democracia e suas contradições, os limites e as potencialidades desse regime político se tornou central na caminhada final da minha formação. Desse modo, justifica-se a relevância da pesquisa pelo reconhecimento da democracia como termo tão caro, mas que corre o risco de ter seu sentido explicativo esvaziado - tornando-se mais uma palavra mágica, que diz, e não diz nada.

Nesse contexto, reconhecendo a relevância do aprofundamento teórico a partir da interlocução com autores da tradição marxista e do pensamento crítico social latino-americano a questão norteadora que balizou a elaboração da presente monografia indagava sobre os autores latino-americanos vinculados a teoria social crítica e a sua produção acerca da democracia. Para tanto, foi elaborada uma sistematização das formulações sobre a democracia na América Latina, desde a tradição marxista e do pensamento social crítico latino-americano, com enfoque especial para os aportes da Teoria Marxista da Dependência, considerando as contradições e possibilidades intrínsecas ao capitalismo dependente.

A teoria social crítica ensina que “conhecer é transformar em conhecido um objeto desconhecido” (Tonet, 2013, p. 112). Na condução da pesquisa, foi adotado o método crítico dialético como ferramenta para realizar sucessivas aproximações com o conceito de democracia, com o propósito de conhecer um objeto real e determinado, e com o fim de reproduzir idealmente (teoricamente) a estrutura e a dinâmica deste objeto (Netto, 2011). O enfoque dialético, enraizado na teoria de

Marx, permitiu a pesquisadora analisar a realidade a partir da perspectiva da totalidade, considerando as interações dinâmicas que compõem o objeto de estudo, bem como suas raízes históricas, econômicas e sociais, visto que somente este compreende de forma concreta a teoria como o movimento real do objeto, o qual é reproduzido e interpretado no plano ideal (Netto, 2011).

No que se refere à forma de abordagem do trabalho, a pesquisa foi de natureza qualitativa. Segundo Minayo (2009), esse tipo de abordagem se ocupa de produções que não buscam a quantificação dos fenômenos, centrando-se, primordialmente, na exploração de sua singularidade a partir de uma visão ampla do objeto, bem como sua relação com elementos estruturais, sociais, históricos e políticos. A abordagem de pesquisa qualitativa envolveu a investigação das contradições e conflitos inerentes no contexto da democracia burguesa, além de buscar identificar as estruturas e relações sociais subjacentes que moldam o objeto.

Quanto ao universo pesquisado, foram selecionados autores clássicos marxistas e autores contemporâneos cuja abordagem sobre a democracia reflita o pensamento social crítico latino-americano. Dessa forma, a revisão bibliográfica se justifica pela necessidade de explorar o vasto acervo de produções teóricas disponíveis sobre o tema de pesquisa. A sua realização proporcionou à pesquisadora um contato direto com as produções existentes e permitiu a elaboração de análises críticas e fundamentadas sobre os limites da democracia burguesa sob a ótica marxista.

No que se refere às etapas da revisão bibliográfica, foi realizado o tratamento da literatura, através da exploração das fontes secundárias - ou seja, fontes já disponíveis, acessíveis através da pesquisa -, seleção dos materiais essenciais para o seu desenvolvimento, leitura dos materiais, fichamento para coleta e registro das referências, organização e análise dos fichamentos produzidos (Gil, 1989). Tratou-se, portanto, de um estudo aprofundado sobre a produção do conhecimento que envolve concretamente o tema em questão e que objetiva interpretação crítica sobre o mesmo (Lima, Mioto, 2007).

O trabalho foi estruturado em dois capítulos além das seções de introdução e considerações finais. O primeiro capítulo trata conceitualmente da democracia a partir do debate realizado desde o marxismo, e o segundo versa sobre a

particularidade da democracia latino-americana a partir de referenciais teóricos vinculados à teoria social crítica.

2 APROXIMAÇÕES COM O DEBATE POLÍTICO-CONCEITUAL SOBRE A DEMOCRACIA DESDE O MARXISMO

Se há uma atitude estéril, é a que consiste em um oprimido se dirigir ao 'coração' de seus opressores: não há exemplo na história de uma potência dominante que tenha cedido às objurgações, por mais comoventes ou razoáveis que fossem, daquele que ela esmagava; contra interesses materiais, sentimentos e bom senso nunca são ouvidos

(Frantz Fanon, 1961)

O conceito de democracia é polissêmico, uma vez que se altera conforme as particularidades sócio-históricas e teóricas, o que ocasiona certa confusão em relação ao seu sentido. Este debate é um tema central na história da humanidade e remonta à Antiguidade, especialmente no contexto da Grécia Antiga, onde o conceito do espaço público na política começou a tomar forma. Na vivência grega, a experiência democrática era direta e funcionava através de um sistema de assembleias cuja participação era restrita à condição de cidadania: homens, com mais de 18 anos de idade e que fossem filhos de pai e mãe atenienses (Chauí, 2019).

Marcada por fortes elementos de exclusão, a democracia ateniense operava dentro de uma sociedade escravocrata, refletindo as contradições e os limites inerentes a esse modelo de organização social (Neto, 1997). Foi a partir dessa condição de participação que foram elaborados os escritos de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles, cujas elaborações sobre a democracia possuem expressivo significado histórico, estabelecendo-se como referência para discussões políticas presentes até os dias atuais. A experiência democrática grega foi substituída pelo ressurgimento dos Impérios, que se perpetuou por toda a Idade Média com o Sacro Império-Romano-Germano e as monarquias absolutistas, sendo ambos os modelos fundamentados na teologia cristã, em que os reis atuavam como representantes de Deus.

Nos séculos XVI e XVII, há registros de experiências republicanas na Europa, mas foram substituídas pela monarquia absolutista e os impérios coloniais com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo mercantil. Apenas no final do século XVIII, com a Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que ressurgem as instituições republicanas e os fundamentos que iriam alicerçar a democracia, isto é, a igualdade e a liberdade. No século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo industrial e da Revolução Industrial Inglesa, a ideologia burguesa do ser humano como indivíduo dotado de direitos civis dá origem à democracia liberal (Chauí, 2019).

Dessa forma, reconhece-se a amplitude da temática e das experiências e discussões que antecedem o recorte temporal e geográfico feito nesta pesquisa, que parte da escolha metodológica de analisar o debate político-conceitual sobre a democracia a partir do século XIX com ênfase na particularidade latino-americana. Nesse sentido, buscando pensar as conexões entre a democracia e o capitalismo, o presente capítulo fundamenta-se na perspectiva da teoria social crítica e recorre aos acúmulos de clássicos como Karl Marx, Friedrich Engels e Vladímir Lênin para apresentar uma breve sistematização aproximativa com o pensamento dos autores sobre o tema.

O debate político-conceitual sobre a democracia no marxismo é um campo de análise que revela divergências e elaborações que se complementam, refletindo os diferentes tempos históricos e práxis política vividos pelos autores supracitados. No pensamento socialista revolucionário, fundado nas categorias basilares oriundas da obra de Marx, parte-se da premissa de que não há espaço para o reducionismo na análise das conexões entre a estrutura econômica e o ordenamento político.

A questão da democracia não aparece descolada nem da superação do capitalismo, nem da transição para o socialismo. Por esse motivo, suas perspectivas sobre a natureza do Estado - no capitalismo e no período de transição pós-revolução ou socialista -, da superação do modo de produção capitalista e como estes se imbricam com a democracia serão objeto analítico para explorarmos as principais contribuições dos autores sobre a temática, mesmo que em caráter aproximativo considerando o nível de aprofundamento que um trabalho de conclusão de curso de graduação permite.

Importa considerar que, nos escritos de Marx e Engels, a questão da democracia não aparece de forma linear ou publicada em uma obra que tenha como tema central. Isso não significa que não seja possível capturar sua concepção sobre tal - assim como no estudo sobre outras categorias fundamentais para a interpretação do capitalismo.

A compreensão sobre como Marx e Engels produzem este debate demanda apreender a dinâmica da luta de classes e as instâncias jurídico-políticas constituídas nesse cenário para a manutenção da reprodução do capitalismo, bem como, pela via da contradição, para a resistência da classe trabalhadora. Na teoria de Marx, a democracia, o Estado e a revolução proletária, só podem ser definidas a partir da luta de classes que lhe dão o seu sentido.

2.1 ESTADO E DEMOCRACIA: A RELAÇÃO APARENTE ENTRE DOMINAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE

Na Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (1843), obra cujo objetivo foi identificar as insuficiências acerca da teoria hegeliana do Estado, Marx aponta para a necessidade de uma verdadeira crítica que reconheça as contradições que contornam o Estado, compreenda sua gênese e suas necessidades, ou seja, desvende a lógica específica do objeto (Marx, 2010). Somente através da teoria social crítica e seu comprometimento com o conhecimento rigoroso da realidade, foi possível olhar para o Estado em sua essência sob uma perspectiva crítica.

Vejamos a contribuição de Engels sobre o contexto em que ocorre o surgimento do Estado escravista na obra A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, escrita em 1884:

Acabava de surgir, no entanto, uma sociedade que, por força das condições econômicas gerais de sua existência, tivera que se dividir em homens livres e escravos, em exploradores ricos e explorados pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não só não podiam ser conciliados como ainda tinham que ser levados a seus limites extremos. Uma sociedade desse gênero não poderia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal (Engels, 2012, p. 190).

Trata-se do processo histórico que deu vida à divisão da sociedade em classes. Com a origem da produção do excedente econômico nas sociedades primitivas, nasce a possibilidade de acumular o produto do trabalho. Daí dois efeitos se manifestam, paulatinamente, na comunidade: 1) uma maior divisão na distribuição do trabalho e produtos destinados à troca com outras comunidades - deste processo nasce a mercadoria; e 2) a possibilidade de explorar o trabalho humano - deste processo, quando efetivado, a comunidade divide-se antagonicamente entre os produtores diretos, responsáveis pela produção do conjunto de bens e aqueles que se apropriam do produto do trabalho dos produtores diretos. Quando estes efeitos manifestam-se na comunidade, da qual os produtores diretos foram usurpados da terra e de seus meios de produção, finda-se a transição da comunidade primitiva, onde a propriedade e a apropriação dos bens eram coletivas, e transiciona-se para o capitalismo, onde a propriedade dos meios de produção fundamentais é privada (Braz; Netto, 2012).

Nesse contexto, o Estado Moderno é fundado com o objetivo de amortecer os conflitos que surgem dessa sociabilidade:

Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (Engels, 2012, p. 203).

Em diálogo com as elaborações de Marx em relação à ruptura revolucionária e a constituição da ditadura do proletariado, em *O Estado e a Revolução* (2017), escrito um pouco antes da revolução de outubro de 1917, Lênin retoma os argumentos políticos centrais de Marx e Engels sobre o papel do Estado - caracterizado como um órgão de dominação e opressão de classes, que, de acordo com a correlação de forças delimitada pela luta de classes, varia seu *modus operandi*.

Ou seja, o Estado é a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. E este instrumento, nascido dos antagonismos, se coloca acima dela e cada vez mais se distancia, conformando-se como um órgão de dominação e opressão de uma classe pela outra, atuando para a manutenção da ordem a favor

da classe dominante. Sendo assim, se o Estado é ferramenta de dominação de uma determinada classe, este não se concilia com a classe oposta a ela, o que contrapõe o entendimento do Estado como ferramenta de conciliação das classes. Para Lênin, o objetivo do Estado “[...] é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (Lênin, 2017, p. 27).

No contexto da ascensão da classe burguesa e da decadência do feudalismo, a burguesia toma para si o poder econômico e do Estado, transformando-se no “vampiro que suga o sangue do seu coração e a medula do seu cérebro e os joga no caldeirão alquímico do capital” (Marx, 2011, p. 146).

Entretanto, considerando o campo de disputas que constitui a produção do conhecimento, cabe o reconhecimento de que a análise crítica sobre o Estado não é hegemônica. De acordo com Jacques e Oliveira (2021), o pensamento político moderno fundamenta sua compreensão sobre a política na noção de legitimidade racional do poder, visando a manutenção da ordem vigente, conforme as teorias do contrato social.

Na modernidade, a dinâmica política baseia-se na ideologia de que o Estado é um ente eterno, dissociado da contraditória estrutura social e de sua própria gênese. Essa visão deturpada, de um Estado descolado do capital, leva a uma interpretação equivocada de neutralidade, esperançosa em relação ao seu funcionamento. Entretanto, assim como a própria sociedade burguesa, o Estado não é um ente “natural”, mas sim resultado de uma forma de organização social histórica e transitória, atravessado por contradições que possibilitam a sua superação.

Importa reiterar que esta forma de entender o Estado não surge do além; “sabendo que, numa sociedade onde a dominação ideológica é uma arma potente contra os dominados” (Souza, 2020, p. 14). A concepção criada pela ciência burguesa sobre o Estado e difundida na sociedade é essencial para seu funcionamento. Para ela, “o Estado é uma existência soberana que domina tiranicamente a humanidade, um Leviatã na metáfora de Thomas Hobbes” (Silva, 2019, p. 40), mas que apesar de seu caráter dominador, estaria designado a representar os interesses da universalidade do povo.

Marx critica o falso aspecto de universalidade do Estado desde sua juventude. Ensina que essa universalidade é abstrata, uma vez que permanece dominada, em seu seio, pela particularidade dos interesses da burguesia (Marx,

2010, p. 16). Sendo assim, o Estado representa a universalidade da sociedade apenas no nível da aparência. Na essência, “é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (Marx; Engels, 2010a, p. 59):

(...) o assunto universal assume em um Estado que não seja o Estado do assunto universal pode ser, apenas, uma não-forma, uma forma que engana a si mesma, que contradiz a si mesma, uma forma aparente, que se mostrará como uma tal aparência (Marx, 2013, p. 88).

Além de refutar a concepção de um Estado universal acima de uma sociedade civil composta por indivíduos com interesses antagônicos, Marx critica a falsa ideia de uma sociedade civil formada por indivíduos livres iguais e perante a lei civil e do mercado, uma vez que o que se conforma é uma divisão classista do trabalho social: “assim como os cristãos são iguais no céu e desiguais na terra, também os membros singulares do povo são iguais no céu de seu mundo político e desiguais na existência terrena da sociedade” (Marx, 2013, p. 103). Nos escritos de Lênin, o autor critica o uso de palavras de ordem como liberdade e igualdade para enganar o povo:

(...) no fundo dessas frases residem os interesses da liberdade (...) do capital que eles empregam para oprimir a massa trabalhadora (...) qualquer liberdade é um engano se ela é oposta ao interesse da emancipação do jugo do capital (Lênin, 2019, p. 37-38).

Ora, se o Estado opera em favor da classe economicamente dominante através de seus aparatos, criando novas formas de repressão e exploração da classe oprimida, o princípio da igualdade formal entre os indivíduos da sociedade há de ser questionado.

O Estado moderno, ao estabelecer a igualdade formal abstrata entre os homens, se exime diante das desigualdades reais da humanidade; ele se liberta aparentemente de uma limitação sem que de fato o ser humano fique livre dela (Silva, 2019, p. 41).

Sendo assim, ao se vincular a aparência produzida pela igualdade formal, o Estado se exime da responsabilidade de reconhecer e legitimar às condições reais da classe trabalhadora em sua essência - resultantes da dinâmica da exploração e opressão produzidas pelo capitalismo, que continuam a existir na realidade concreta, conformando uma espécie de vida dupla, de forma que o indivíduo leve “uma vida

celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular” (Marx, 2010b, p. 40). Dessa forma, o Estado

(...) está baseado na contradição entre a vida pública e a vida privada, na contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Em consequência, a administração deve restringir-se a uma atividade formal e negativa, porque o seu poder termina onde começa a vida burguesa e seu labor (Marx; Engels, 2010b, p. 39).

Diante da inércia frente a barbárie vivida pela classe trabalhadora, o Estado desempenha um papel crucial na reprodução ideológica que tenta justificar o sofrimento humano a partir de fatores desvinculados do modo de produção capitalista. Isso porque ele não pode, nem quer alterar a dinâmica capitalista, uma vez que está capturado pela classe dominante. Nas palavras de Engels, “o que não querem os capitalistas individuais (...) tampouco quer o seu Estado” (2015, p. 100). Rosa Luxemburgo, nessa mesma linha assevera que:

O Estado atual é, antes de tudo, uma organização da classe capitalista dominante. Se ele se impõe a si mesmo, no interesse do desenvolvimento social, funções de interesse geral, é unicamente porque e somente na medida em que esses interesses e o desenvolvimento social coincidem, de uma maneira geral, com os interesses da classe dominante. A legislação operária, por exemplo, é feita tanto no interesse da classe capitalista, como da sociedade em geral. Mas essa harmonia não dura senão até certo ponto do desenvolvimento capitalista. Quando este desenvolvimento tiver atingido certo nível, os interesses da burguesia, enquanto classe e os do progresso econômico começam a chocar-se, mesmo no sentido capitalista. (Luxemburgo, 2010, p. 52).

Em face dessa sociabilidade, a igualdade entre os seres humanos acaba se tornando apenas uma formalidade, uma espécie de ritual vinculado à moral. Porque mesmo que o regramento jurídico normativo da classe burguesa propague a representatividade, a participação e as liberdades absolutas, frequentemente criam e fazem referência a aparatos jurídicos-legais que regulam a aplicação desses princípios, “de tal modo que a burguesia, ao gozar dela, não ficasse chocada ao ver as demais classes gozarem dos mesmos direitos” (Marx, 2011b, p. 42).

Essas limitações, exceções, exclusões e obstáculos para os pobres, parecem insignificantes, principalmente para aqueles que nunca conheceram a necessidade e que nunca conviveram com as classes oprimidas nem conheceram de perto a sua vida [...]; mas, totalizadas, essas

restrições eliminam os pobres da política e da participação ativa na democracia. Marx percebeu perfeitamente esse traço essencial da democracia capitalista, ao dizer, na sua análise da experiência da Comuna: os oprimidos são autorizados, uma vez a cada três ou seis anos, a decidir qual, entre os membros da classe dominante, será o que, no Parlamento, os representará e reprimirá! (Lênin, 2010, p. 107-108).

A burocracia e o exército permanente, instituições típicas para o funcionamento da democracia (Lênin, 2010), são utilizados pelo Estado a fim de garantir o controle organizado e sistemático sobre as pessoas:

O aparato burocrático do Estado também desempenha papel estratégico ao abrigar o excesso populacional da pequena burguesia, suplementando através de vencimentos estatais o que seus integrantes individuais não conseguem amealhar na forma de lucro, juros e rendas e, além disso, amortizando conflitos. Já a formação de uma força de polícia e exército permanentes supostamente serve para garantir a ordem. Mas, garantir a ordem significa, em termos burgueses, garantir o pleno funcionamento da sociedade burguesa com todas suas mazelas (Silva, 2019, p. 44)

Dessa forma, é importante entender que, mesmo na democracia como forma de exercício de poder, sendo esta uma das formas mais desenvolvidas do Estado moderno ao legitimar a igualdade formal entre os cidadãos, ela continua sendo uma variação do Estado a serviço do capital.

Entretanto, mesmo diante de um cenário tão adverso no campo das lutas da classe trabalhadora e da ofensiva concreta e ideológica ferrenha, operada pelas instâncias e agências do capital, o Estado burguês não deve ser lido como um limite insuperável. Apesar de não se tratar de tarefa simples e rápida, é somente a eliminação das classes sociais que poderá transformar a igualdade formal em uma igualdade concreta.

Vimos até aqui que o Estado, como um elemento essencial para a manutenção do capitalismo, não representa os interesses de toda a sociedade, mas sim os da classe dominante. Assim, a classe trabalhadora deve se opor ao Estado burguês e tomar suas rédeas. No entanto, essa apropriação do poder estatal não visa administrar o capitalismo de maneira mais justa, como se fosse possível torná-lo “mais humano”. Ao contrário, o objetivo é sua dissolução através de uma transformação revolucionária.

A tomada do Estado pela classe trabalhadora marca um período de transição necessário para a emergência de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe. Como Marx aponta, durante essa transição rumo

à sociedade emancipada, o Estado assumirá a forma de uma ditadura da classe trabalhadora:

Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado (Marx, 2012, p. 42).

A possibilidade de superação do Estado está enraizada na própria contradição da qual ele surge. Na realidade concreta, que evidencia as contradições do modo de produção capitalista e os efeitos devastadores de suas crises sobre a classe trabalhadora, nasce o potencial de uma prática revolucionária que a liberte dos seus grilhões, nos termos de Marx. Nesse contexto, a democracia emerge como um elemento estratégico para o processo de superação do sistema capitalista.

A fim de compreender o legado marxista sobre a democracia e sua função na transição, o próximo item avança nessa reflexão.

2.2 DEMOCRACIA E MARXISMO

Assinalamos anteriormente a escolha metodológica de analisar o debate político-conceitual sobre a democracia a partir do século XIX. Este ponto de partida visa estabelecer um diálogo direto com Marx e Engels e estudiosos vinculados à teoria social crítica e ao debate aqui proposto, a fim de definir a especificidade da democracia, seus limites e funções particulares no bojo do modo de produção capitalista.

Destarte, cabe recuperar que foi após a Revolução Francesa em 1789 que o tema da democracia ganhou centralidade no âmbito das produções teóricas. Neste momento surgiram diferentes interpretações acerca do seu papel na sociedade, e, na contramão de autores contemporâneos liberais da época, Marx e Engels desenvolveram seus estudos a fim de elucidar as conexões entre o capitalismo e a democracia.

O diferencial de Marx e Engels dos demais teóricos da época estava assentado em sua forma de interpretar a realidade. Partindo da totalidade, compreenderam que a leitura da democracia não poderia ser feita descolada da estrutura capitalista na qual ela está inserida:

(...) desde que Marx fundou a teoria social, moderna e revolucionária - tornou-se claro que a compreensão do ordenamento político de uma sociedade historicamente situada só é alcançável quando conectada à compreensão de sua estrutura econômica (Netto, 1990, p. 70)

Isso porque as mediações concretas que articulam o campo político e o econômico conformam uma totalidade sócio-histórica que são essenciais para essa análise. A teoria social ensina que:

1º) Há relações pluricausais e determinantes entre a estrutura econômica e o ordenamento político de uma sociedade historicamente situada; 2º) Estas relações não se põem abstratamente, como se a estrutura econômica, em si mesmo, constituísse um dado ontologicamente excludente, mas opera numa totalidade sócio-histórica cuja unidade não elide a existência de níveis e instâncias diferentes e com legalidades específicas; e, 3º) no interior desta totalidade sócio-histórica, a rede multívoca e contraditória de mediações concretas que articula os processos sociais abre um *leque de possibilidades* para a emergência e a compatibilização de ordenamentos políticos com a estrutura econômica (Netto, 1990, p. 71).

Dessa forma, compreende-se que mesmo que a decisão por um ou outro ordenamento político não seja meramente casual, pois sempre resulta da mediação política tecida pelas teias da luta de classes e suas múltiplas contradições, a expressão política assumida pelas diferentes regiões ou países não se configura como um empecilho para o modo de produção, desde que não ofereça risco para a sua manutenção. Para garantir sua reprodução, criam-se mecanismos “coativos, repressivos e legitimadores, colecionadores, contínuos, reiterados e formalizados (institucionais)” (Netto, 1990, p. 72), que, dependendo do contexto e das relações sociais, se apresentam de forma distinta - ora com mais coerção, ora com mais coesão.

Entremos na particularidade do modo de produção capitalista. Nesse caso,

A característica central de toda formação econômico-social na qual o modo de produção capitalista articula as relações dominantes consiste no que podemos indicar como uma progressiva expansão da socialidade, processos cujas implicações a nível histórico-universal determinaram a completa subversão de modos de vida milenarmente consolidados e que se

expressa pela possibilidade de crescente inserção de amplas massas humanas na prática da cidadania [...] (Netto, 1990, p. 74)

Desta característica central origina-se uma contradição ineliminável nas formações sócio-econômicas no modo de produção capitalista: a crescente socialização da vida humana e os restritos modos de incorporação das massas humanas nos processos de decisão e intervenção, uma vez que

A socialização se dá nos limites de formações econômico-sociais cuja estrutura econômica mantém-se como tal apenas enquanto exclui das instâncias de decisão as massas que a põem em funcionamento, que a realizam historicamente (Netto, 1990, p. 75)

A história dos ordenamentos políticos vigentes no modo de produção capitalista é a história de como as classes dominantes atuam para sustentar o regime da propriedade privada dos meios de produção e conter a luta das massas humanas diante da socialização que o desenvolvimento das forças produtivas inevitavelmente provocou. Isso só é possível pois, como apontado anteriormente, se utilizam de

mecanismos (frequentemente de caráter mediador) na dinâmica social que, sem resolver a ineliminável contradição assinalada, interferem nos seus desdobramentos e consequências, de forma a que ela, respondendo-se sempre em outros níveis e sob outros moldes, permaneça atuante sem conduzir ao colapso o sistema como um todo (Netto, 1990, p. 75)

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, surge a possibilidade da moderna democracia política, fundamentada no reconhecimento da igualdade jurídico-formal dos indivíduos e da participação de amplos segmentos da classe trabalhadora nos espaços de ação e intervenção. Dependendo da dinâmica da luta de classes, essa possibilidade pode se transformar em realidade: “o desenvolvimento do capitalismo (...) cria as premissas necessárias para que ‘todos’ possam realmente participar na gestão do Estado” (Lênin, 2017, p. 131).

Entretanto, a análise das sociedades democráticas nos mostra que a estrutura econômica que lhe é própria impõe um limite intransigente: “[a democracia] só generaliza e universaliza enquanto não desborda para um ordenamento político que requeira uma organização societária fundada na igualdade social real” (Netto, 1990, p. 76). Nas palavras de Lênin, “se todos participam realmente na gestão do Estado, o capitalismo não pode se manter por mais tempo” (Lênin, 2017, p. 131).

A realidade concreta nos mostra movimentos complexos, em diferentes tempos históricos, que refletem a fragilidade da democracia quando se trata dos esforços das classes dominantes para garantir o funcionamento da reprodução do capital.

Quando consideramos períodos de regimes fascistas², por exemplo, estamos olhando para momentos em que a democracia política se tornou obstáculo para a manutenção das exigências econômicas do capitalismo, e, como resposta, às classes dominantes operaram no sentido de criar mecanismos reacionários que criaram ainda mais restrições sob a égide do capitalismo monopolista. De todo modo, alternativas a esses regimes totalitários mostram as formas políticas variáveis assumidas pelo Estado dentro da ordem do capital a fim de garantir a reprodução da desigualdade:

O fascismo, o nazismo e as ditaduras militares pelo mundo são demonstrações não casuais, mas sim, reiteradas, desse mecanismo de interdição da deliberação política quando ela tangencia os pontos extremos da estruturação da sociabilidade capitalista (Mascaro, 2013, p. 88).

Nessa perspectiva, coaduna a interpretação leniniana de que os princípios de liberdade e democracia privilegiam apenas uma parte da sociedade. Nas sociedades ocidentais em que se presentifica a democracia, nota-se uma fragilidade em seu funcionamento, principalmente, quando os interesses da classe trabalhadora se chocam com os da burguesia. Esse movimento pode ser observado em experiências de luta da classe trabalhadora em que, mesmo participando das instâncias democráticas, não têm atendido às suas reivindicações.

Visto a emblemática relação entre democracia e capitalismo, avancemos para a contribuição de Marx sobre a conceituação da democracia, que aparece em dois momentos distintos de seu desenvolvimento teórico. Na juventude, Marx introduz a ideia de “verdadeira democracia”, delineando categorias fundamentais como a “emancipação humana” e a “emancipação política”, que refletem sua visão de uma sociedade onde a liberdade e a igualdade são centrais. Com o amadurecimento de

² Este trabalho parte da perspectiva de Georg Lukács (1923) de que os regimes fascistas são formas autoritárias de governos que emergem em contextos de crise da reprodução estrutural do capital. Esses regimes são caracterizados pela intensa repressão em todos os âmbitos da vida, e pelo uso do Estado como um mecanismo de controle totalitário. Conforme Lukács, o fascismo não é uma forma desviante de Estado, mas expressa sua forma mais aberta e brutal de repressão para responder às demandas da classe dominante.

seu pensamento, já em uma fase mais avançada de sua vida, Marx formula o conceito de “ditadura do proletariado”, que representa uma etapa necessária na transição para uma sociedade sem classes.

Essa evolução de ideias revela a complexidade de sua análise sobre a democracia. Na seção anterior, assinalamos que na obra *Em Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx (2005) aborda de maneira inovadora a questão da democracia e do Estado. Nesse contexto, sua preocupação gira em torno da busca pela “verdadeira democracia”, que é definida como a “abolição da separação entre o social e o político, o universal e o particular” (Lowy, 2012, p. 74). A “verdadeira democracia” que Marx almeja difere radicalmente daquela estabelecida pela burguesia.

Sobre a “verdadeira democracia”, formulada por Marx, é possível observar, uma aproximação da ideia da “vontade geral” elaborada por Rousseau, onde a soberania do povo deve estar acima da divisão entre representante e representado, assim como entre o social e o político. Nas palavras de Celso Frederico (1995, p. 86), para o jovem Marx, na verdadeira democracia, “a extinção do Estado é substituída pela democracia direta, na qual a gestão dos assuntos públicos dispensa a presença de uma esfera autônoma, separada dos homens comuns”.

Em 1884, em *A Questão Judaica e Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, nota-se uma mudança na posição teórica do autor. A partir da concepção de “verdadeira democracia”, Marx passa a olhar, no desenvolvimento de sua teoria, para a “emancipação humana” como o objetivo final a ser alcançado pelo proletariado. Com o desenvolvimento da sociedade entre o final do século XVIII e início do século XIX, Marx identifica duas possibilidades de emancipação - a emancipação política, que se refere à democracia simples, observada no caso das revoluções burguesas na França, Inglaterra e Estados Unidos. Em sua essência, “a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente” (Marx, 2010, p. 54). Já a emancipação humana trata-se da libertação plena dos indivíduos, que Marx anteriormente identificou como “verdadeira democracia” e que mais tarde denominou de comunismo.

Em 1848, Marx e Engels publicaram o *Manifesto Comunista*, um dos resultados principais da trajetória prática e teórica dos revolucionários. Na obra, é

possível encontrar, de forma objetiva, a teoria que serviria de lente para a classe trabalhadora decifrar a realidade na qual estava inserida. No Manifesto, a palavra democracia só aparece uma vez, ao tratar dos caminhos da revolução proletária: “que a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia” (Marx, Engels, 2010a, p. 57). Dessa frase, é possível interpretar que a democracia a ser tomada no processo da revolução trata-se da “democracia burguesa”.

Dessa forma, compreende-se que, para Marx e Engels, a democracia é um dos instrumentos que a classe trabalhadora deve utilizar a fim de tomar o poder político para si. Nas palavras de Engels,

(...) a democracia seria totalmente inútil para o proletariado se ela não fosse utilizada imediatamente como meio para a obtenção de outras medidas que ataquem directamente a propriedade privada e assegurem a existência do proletariado (Engels, 1982a, s/p).

Os escritos de Marx e Engels não deixam dúvidas acerca da valorização da democracia. Apesar de não explicitado, para Netto (1990), essa valorização é também acerca do reconhecimento da democracia política moderna como uma conquista social. Entretanto, é importante elucidar que

(...) esta valorização não consiste na instauração abstrata de um novo valor (ou na valorização abstrata de um valor tradicional) e nem se apresenta com uma consideração de cunho ético (...) as exigências democráticas inerentes ao pensamento socialista revolucionário assentam, concretamente, na sua funcionalidade no interior do processo revolucionário (Netto, 1990, p. 81).

Em 1852, Marx escreve uma carta que sintetiza sua contribuição teórica, afirmando que “a luta de classes leva necessariamente à ditadura do proletariado; que essa mesma ditadura só constitui a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes” (Marx, 2000, p. 371-372). Dessa passagem, compreende-se que para Marx,

a sociedade sem classes, que já havia sido chamada de “verdadeira democracia” ou de “comunismo”, pressupõe uma fase anterior, em que as classes ainda existem, embora a classe no poder seja o proletariado. Para essa fase anterior deu-se o nome de “ditadura do proletariado” (Rodrigues, 2018, p. 41).

Tendo em vista a exposição feita até aqui, a resposta, para Marx, diante da configuração entre democracia e capitalismo, encontra-se na aposta da universalização dos institutos democráticos como caminho para a superação do sistema capitalista:

(...) porque é a sua consolidação generalizada que, além de outras implicações fundamentais, conduz os agentes políticos das classes e grupos sociais dominantes ao impasse: a universalização e a consolidação dos institutos democráticos tornam cada vez mais onerosas, em termos de médio e longo prazos, as respostas restauradoras e/ou reacionárias - e isto porque a validação societária destas respostas, em contextos de democracia política consolidada, torna-se progressivamente problemática (Netto, 1990, p. 78)

Problemática porque, conforme se ampliam as estruturas políticas democráticas, mais abertura para as lutas da classe trabalhadora, o que oferece riscos à ordem capitalista. Em síntese, a universalização e a consolidação dos institutos democráticos oferecem à classe trabalhadora a possibilidade de diminuir a legitimidade e a viabilidade de respostas com maior grau de restritividade da classe dominante.

Considerando a materialidade da democracia até os dias atuais e as contradições decorrentes da própria luta de classes, é possível depreender que a longo prazo se alcançará uma condição praticamente inviável para a manutenção da dinâmica de reprodução social, não sendo mais suficiente as atuais respostas restauradoras e/ou progressistas, impondo a necessidade premente de superação do capital. No pensamento de Marx, a “questão da democracia aparece sempre diretamente relacionada não só com a liquidação do sistema capitalista como, com igual ênfase, com a transição socialista” (Netto, 1990, p. 79).

A ultrapassagem do capitalismo que se orienta para o comunismo - ou seja, a revolução proletária contemporânea - está sempre indissoluvelmente ligada à possibilidade de consolidar a universalização do ordenamento democrático, para transformá-lo qualitativamente através de rupturas ao longo de um processo onde ele será, rigorosamente, superado (Netto, 1990, p. 80)

Dessa forma, considera-se que o aprofundamento da democracia pode contribuir para a superação dos elementos intrínsecos ao capitalismo na perspectiva do fortalecimento de uma democracia que se substancie em defesa dos interesses da classe trabalhadora, de modo que, para Lênin,

somente é possível radicalizar a democracia e levá-las a níveis de realização e profundidade impossíveis para a burguesia integrando-a dialeticamente com a luta pela superação e extinção do Estado e, contraditoriamente, com a superação da própria democracia (Mazzeo apud Lênin, 2019, p. 14)

Tal processo, cuja complexidade demanda um longo período de organização e consolidação da classe trabalhadora, somente terá chance de êxito a partir do estudo aprofundado da democracia na sociedade capitalista e seu papel essencial para a manutenção da ordem burguesa.

Nesse escopo, cabe retomar a concepção de Rosa Luxemburgo sob a temática da democracia, uma vez que defende a necessidade de ultrapassar os limites da democracia liberal burguesa. Para tanto, identifica o socialismo revolucionário como o verdadeiro significado de democracia, que só será alcançada através da educação política de toda a massa do povo, culminando em uma intensa mobilização e participação popular. Como afirma a autora, a organização “é o seu elemento vital, o ar sem o qual não pode viver” (Luxemburgo, 2011, p. 205).

Para Marx, a construção de uma nova forma de experiência humana de existir no mundo, se daria através de uma democracia socialista, que, na medida em que desfaz enquanto poder político, cada vez mais participativa e menos centralizada, se transformaria em um Estado “mais público”, culminando na administração coletiva das coisas.

Na prática, isso significa criar uma espécie de “não-Estado” e uma comunidade humana onde as pessoas abandonam suas “máscaras” públicas e privadas, assim concretizando a universalidade do humano enquanto espécie. Nessa forma, perde o sentido da divisão da vida social no âmbito público e privado, defendido as garras pela teoria liberal, que corrobora a concepção idealizada sustentada pelo capitalismo, onde o homem é proprietário privado (de si, dos meios de produção ou da força de trabalho) e cidadão de um Estado.

Para Marx, o Estado político, a constituição, representa a separação do povo em relação à sua própria essência, sua “vontade genérica”. O povo é o “Estado real”, a base da constituição. Ele é o “todo”, o poder constituinte; a constituição é a “parte”, o poder constituído. A alienação política tem lugar no momento em que o povo, ao se submeter à sua própria obra, perde seu estatuto fundante e as posições são invertidas. O que era o todo passa à posição de parte, e vice-versa. O povo, antes o “Estado real”, é privado de

seu conteúdo genérico, que se vê então hipostasiado na esfera política. Com isso, dá-se a separação e a oposição entre Estado (constituição) e sociedade civil, Estado político e Estado não político (Enderle apud Marx, 2010, p. 32)

Sobre a relação da extinção do Estado e a superação da democracia, Engels aponta que, ao falar da “extinção” e do “adormecimento” do Estado, refere-se a uma época posterior à revolução socialista:

Todos sabemos que a forma política do “Estado”, nessa época, será a democracia mais completa. [...] Engels fala aqui do “adormecimento” e da “extinção” da democracia. Isso parece, à primeira vista, muito estranho, mas só é “incompreensível” para aqueles que não compreenderam que a democracia é também um Estado e que, conseqüentemente, a democracia também desaparece quando desaparecer o Estado (Lênin, 1987, p. 65).

Nessa perspectiva, para Lênin, a luta pela democracia substantiva e seu aprofundamento é, objetivamente, a luta pela liberdade e pela emancipação humana. No horizonte do pensamento socialista revolucionário, o processo de revolução nunca foi reduzido à tomada do poder político - que por si só, é de extrema complexidade. Seu andamento requer uma revolução no sentido amplo, de transformações sociais estruturais protagonizadas pelas massas conscientes de sua força e potencial revolucionário, que só é possível dentro dos quadros da democracia política. Seu valor instrumental estratégico e único antecipa o modo de comportamento social que, no percurso do processo revolucionário, através de rupturas sucessivas, tenderá, pela organização da classe trabalhadora direcionada pela teoria social, a atravessar todas as instâncias da vida social.

Na análise sobre a temática da democracia nas contribuições dos revolucionários marxistas, é possível identificar que a centralidade da sociedade de classes, as relações de poder, dominação e emancipação da classe trabalhadora são centrais para a compreensão da democracia em sua totalidade. A tradição marxista, ao problematizar as contradições estruturais inerentes à sociedade capitalista, oferece uma crítica fundamental às limitações da democracia burguesa, propondo caminhos para um novo horizonte em que o verdadeiro significado da democracia seja uma realidade.

Nesse sentido, o debate latino-americano surge como um campo fértil para explorar como essas críticas se articulam com as particularidades históricas, sociais e políticas da região. O capítulo seguinte, portanto, abordará a questão democrática

sob a ótica latino-americana, analisando como os desafios políticos e as experiências de luta em contextos específicos da América Latina contribuem para uma reinterpretação da democracia e suas implicações no processo de transformação social.

3A QUESTÃO DEMOCRÁTICA *EM NUESTRA PÁTRIA GRANDE*

*Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena*

*(...)
Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta es mi cordillera*

*(...)
Soy América Latina
Un pueblo sin piernas, pero que camina, ¡oye!*

(Rafa Arcaute, René Pérez, Eduardo Cabral, 2010)

O presente capítulo objetiva uma aproximação com o debate da democracia desde a América Latina, alicerçada na formação sócio-histórica da região. Para tanto, será desenvolvida uma breve recuperação histórica do período escravista colonial buscando apresentar os pressupostos que constituem o colonialismo e a vinculação com a consolidação do capitalismo dependente. Em diálogo com os autores da tradição marxista latino-americanistas, há de se reconhecer que a transição latino-americana caracteriza-se pelo que vai se nomear como modernização conservadora (Marini, 1973; Fernandes, 1975). Ou seja, mesmo com as grandes transformações que marcam a transição do modo de produção escravista colonial para o capitalismo dependente, conservam-se os elementos constitutivos do subdesenvolvimento latino-americano.

A partir dessa reflexão, propõe-se um estudo da questão democrática na América Latina a partir das obras de autores latino-americanos, identificando a relação indissociável entre democracia, capitalismo dependente e o papel do Estado. A escolha por autores latino-americanos decorre da importância de interpretarmos este território através do chão latino-americano, superando os limites das visões eurocêntricas.

Como enfatiza Lênin, “a sociedade capitalista, considerada nas suas mais favoráveis condições de desenvolvimento, oferece-nos uma democracia mais ou menos completa na República democrática” (1917, p. 134). Assim como todo objeto, a democracia é resultado de um processo histórico e social que resulta de múltiplas

determinações que moldam sua particularidade. No caso da América Latina, a Teoria Marxista da Dependência e o debate sobre o Estado subsoberano, como elenca Osório (2014), são elementos essenciais para subsidiar a análise da democracia no solo latino americano.

Destarte, é importante uma breve conceituação da categoria particularidade, pois a relação entre as categorias singular, particular e universal no método crítico dialético é essencial para compreender a categoria da totalidade. O singular diz respeito sobre um fenômeno específico, um caso concreto, que pode ser observado em ações individuais ou eventos isolados. O particular diz respeito a um conjunto de singularidades que compartilham características comuns, e pode ser compreendido como territórios, grupos ou classes sociais. Por fim, a categoria universal, que trata das relações que se aplicam a todos os fenômenos de um determinado tipo, ou seja, a totalidade das condições sociais, econômicas e históricas (Tonet, 2013).

Dessa forma, no método crítico dialético, a totalidade é vista como uma categoria em que o singular e particular estão inseridos em um todo maior. Isso significa que a análise não deve se limitar a eventos isolados (singulares), mas realizar as mediações necessárias para compreender de que forma as categorias se relacionam dentro de um contexto histórico e social mais amplo. Ou seja, a análise dialética requer uma abordagem que considere as interações entre o singular, o particular e o universal da realidade concreta em seu movimento com o objetivo de apreender a totalidade. É a partir desta compreensão que analisaremos a particularidade da democracia na América Latina.

Sabemos que a realidade não é estática. Logo, com o passar do tempo, a democracia pode assumir novos contornos e formas ou ser eliminada pela própria dinâmica da luta de classes. Consideramos também que a democracia na América Latina, embora inserida em uma universalidade, possui determinações próprias que condicionam sua particularidade dependente, decorrentes de determinantes sociopolíticos e econômicos nos quais a democracia se assenta. São esses os elementos que compõem o próximo item.

3.1 PREMISSAS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURAL DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

Como exposto na seção anterior, a compreensão de um determinado ordenamento político em uma sociedade só é possível quando conectada à dinâmica de sua estrutura econômica (Netto, 1990). Logo, para decifrar a particularidade da questão democrática na América Latina, inserida na dinâmica global capitalista, é necessário considerar seu desenvolvimento econômico específico, visto que uma leitura generalizada sobre o desenvolvimento do capitalismo é insuficiente para apreender a realidade latino-americana.

Dessa forma, uma breve aproximação com os elementos fundantes do capitalismo dependente permite a aproximação com o objeto de estudo deste trabalho a partir da totalidade em suas diferentes camadas. Um primeiro passo para avançarmos no debate proposto é definir o que entendemos por América Latina.

É notório que as discussões sobre os critérios de definição do que é de fato a América Latina é diverso e não poderia ser diferente, dada a extensão de seu território. Sua compreensão como região pode variar de um idioma ou recorte geográfico. Em diálogo com Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, fundadores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), consideramos a semelhança de sua trajetória histórica: “a América Latina é um comum - apesar de seus diferentes tons - passado colonial e um similar presente de capitalismo dependente” (Silva, 2019, p. 34), conformando uma “unidade de diferenças” (Iamamoto, 2003, p. 105). Isso não significa negar as singularidades de cada país a partir do desenvolvimento de diferentes condições, mas sim reconhecer a formação sócio-histórica e a condição de dependência destes países, que foi determinante nas estruturas sociais do território (Feijóo, 1997).

Na obra *As Veias Abertas da América Latina*, publicada por Eduardo Galeano em 1971, o autor parte do pressuposto de que a inserção da América Latina no mercado mundial se deu de forma desigual em relação aos países centrais. Isso porque, nas palavras de Galeano, “desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu, ou, mais tarde, norte-americano” (Galeano, 2008, p. 18). Nesse sentido, a busca dos elementos particulares desta conformação remete à invasão no período colonial.

A história do modo particular da formação sócio-histórica latino-americana tem como primeiro capítulo³ a invasão de seu território pelos colonizadores europeus nos séculos XV e XVI. Este período histórico, marcado pelo escravismo colonial (Gorender, 1980) representa mais de três séculos demarcados pela violência, pela expropriação e monopólio da terra, pelo memoricídio, genocídio e etnocídio⁴ dos povos originários deste território e dos povos africanos sequestrados e escravizados (Rampinelli, 2020). Ademais, constitui o fenômeno denominado por Marx como “a assim chamada acumulação primitiva” (Marx, 1867).

Na obra *O Capital* (1867), Marx discorre sobre os elementos basilares para o desenvolvimento e consolidação do capitalismo enquanto modo de produção que domina o globo. Esse processo se deu através de uma série de transformações violentas, que incluíram a exploração e a opressão de várias populações. A expropriação e drenagem de riquezas produzida pelo escravismo colonial desempenhou, portanto, função primordial na expansão capitalista: é a partir da exploração nas colônias, onde o excedente produzido não se transformava em capital no seu interior para se converter em capital no exterior que se conformou o pilar central do crescimento econômico nas metrópoles europeia (Marx, 2017). É, portanto, um processo que “ao mesmo tempo implica uma acumulação sem precedentes em um dos polos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes do outro extremo” (p. 29). Conforme Cueva (2023), trata-se de um processo de desacumulação primitiva.

Neste ínterim, ocorrem, no âmbito formal, os processos de independência dos territórios colonizados, que, engendrados a partir de suas especificidades, marcam um período de grande contradição da história da América Latina. Protagonizados pelas elites internas e pela burguesia externa, tratou-se de um processo revolucionário que superou o estado jurídico-político do estatuto colonial.

³ É o primeiro capítulo enquanto “demarcação do processo que finca as raízes da chamada era moderna” (Souza, 2020, p. 41).

⁴ O *genocídio* foi cometido contra certos grupos étnicos, quer eliminando-os pelo trabalho escravo ou compulsório, quer assassinando-os por sua resistência armada aos dominadores. *Etnocídio* é o resultado do roubo econômico que exigiu a modificação das estruturas mentais dos subordinados, negando aos indígenas o direito: à terra que já ocupavam e seus recursos naturais; ao uso de sua própria língua e educação; e de fazer sua história coletiva com autodeterminação. O *memoricídio*, por sua vez, consiste na eliminação de todo o patrimônio, seja ele tangível ou intangível, que simboliza resistência a partir do passado. Não apenas os deuses dos povos originários foram mortos, como as pirâmides superpostas por igrejas católicas, os templos pagãos trocados por mosteiros cristãos, os antigos palácios substituídos por mansões coloniais e as chinampas que abasteciam o mercado interno mudadas por grandes plantações voltadas para o externo (Rampinelli, 2020).

Entretanto, “o mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional” (Fernandes, 2006, p. 51).

Conforme Marini (2000), esse processo respondeu aos interesses do capitalismo central e contribuiu para a consolidação da condição de dependência latino-americana em relação aos países europeus:

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe (Marini, 2000, p. 109).

A partir da análise desta complexa trama, podemos compreender as condições estruturais que moldaram a dinâmica econômica e social da região no desenvolvimento do modo de produção capitalista. A exploração do trabalho escravo e a extração de recursos não só deram bases para o desenvolvimento do sistema capitalista europeu, mas também geraram debilidades profundas que desencadearam em um processo particular de subdesenvolvimento, estritamente ligado com a condição de dependência que assola as nações latino-americanas até os dias atuais. Como argumentado por Cueva,

Pois é claro que a plena incorporação da América Latina ao sistema capitalista mundial, quando este alcança seu estágio imperialista no último terço do século XX, não ocorre a partir de um vazio, mas sobre a base de uma matriz econômico-social preexistente, ela mesma moldada em uma estreita conexão com o capitalismo europeu e norte-americano em sua fase protoimperialista (2023, p. 28)

Como “síntese em movimento daquela integração contraditória de processos particulares” (Souza, 2020, p. 30), do escravismo colonial, nasce o capitalismo dependente. Essa gradual transição resultou em uma modernização conservadora, uma vez que as relações de produção se alteraram, mas não ocorreram rupturas radicais com o estatuto colonial. Conforme Florestan Fernandes (1981),

Estruturas econômicas pré-capitalistas [...] coloniais ou neocoloniais, serviram de patamar para a criação e a alimentação inicial do 'setor moderno' da economia [...] Doutro lado, em nenhum momento dinamismos econômicos procedentes de fora passaram para o plano secundário [...] sempre se mantiveram muito fortes e sempre desempenharam influências estruturais e funcionais determinantes. O que variou foi a capacidade da organização interna da economia de lidar com tais dinamismos, explorando-os com maior flexibilidade e projetando-os em estruturas econômicas mais adequadas à expansão do capitalismo [...] O primitivo capitalismo mercantilista, que impregnou as atividades econômicas no período colonial e na transição neocolonial, não se evapora: ele continua entranhado no espírito dos agentes econômicos externos e internos, todos orientados por uma mentalidade especulativa predatória [...] todos compreendem a 'necessidade' e as 'vantagens' da coexistência do antigo regime dentro do novo. Por isso, não lutam contra tal coexistência [...] a modernização processa-se de forma segmentada e segundo ritmos que requerem a fusão do 'moderno' com o 'antigo' ou, então do 'moderno' com o 'arcaico', operando-se o que se poderia descrever como a 'modernização do arcaico' e a simultânea 'arcaização do moderno' (p. 51-80).

De acordo com Fernandes (1981), ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, nota-se que em suas diferentes fases e mesmo com as suas especificidades nacionais, em nenhuma delas é possível identificar uma repetição do que foi experienciado pelas economias centrais e hegemônicas. Esse fator, para o autor, está diretamente interligado com as formas pela qual a dominação imperialista⁵ fincou suas garras no território latino-americano. Conforme o sociólogo, no caso da América Latina, trata-se de uma modernização conservadora.

Em nenhuma das três fases o desenvolvimento capitalista chegou a impor 1º) a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); 2º) a desagregação completa do antigo regime e de suas seqüelas ou, falando-se

⁵ Neste trabalho partimos da teoria do imperialismo de Lênin, retratada na obra "O Imperialismo: etapa superior do capitalismo" (1917). Lênin elenca cinco traços fundamentais para sua definição: "1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes" (Lênin, 2011, p. 218). O imperialismo é, portanto, "O imperialismo é, pois, o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes" (ibidem). Além disso, a partir de sua essência econômica, Lênin localiza o lugar histórico do imperialismo, pois este "nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada" (ibidem, p. 263).

alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3º) a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza (p. 262)

Considerando a complexidade da Teoria Marxista da Dependência, na qual este trabalho se vincula, é importante assinalar que uma exposição aprofundada sobre o ensaio *Dialética da dependência* (1973) e suas categorias, elaboradas por Ruy Mauro Marini, escapa os limites do presente trabalho, pois aqui não se dá centralidade para o capitalismo dependente, mas a democracia inserida neste contexto. Convém tomar nota, porém, de alguns elementos centrais de suas elaborações, pois como argumenta Marini (2022)

Na América Latina, falar de democracia implica, como pressuposto necessário, levantar a questão de sua capacidade de autodeterminação, vale dizer, de fixar suas metas em liberdade, atendendo primariamente às exigências dos seus povos. Implica, portanto, evocar o tema da dependência em que se encontra a região no plano do capitalismo internacional (p. 646)

A inserção da América Latina no mercado mundial condiciona a organização do mercado interno, que permanecerá voltado para o atendimento das necessidades externas. Essa integração, que, como elenca Osório se dá pela via oligárquico-dependente (2023, p. 115), tem como objetivo compensar o aumento do capital constante nas economias centrais através do barateamento da matéria prima e retomada do aumento da taxa de lucro. Para tanto, demanda uma reorganização da economia latino-americana, caracterizando a dependência. Por sua vez, essa se dá pela adaptação a necessidade do capital central pela transferência de valor, que gera as trocas desiguais entre os países centrais e periféricos. A compensação desta relação se dá via superexploração da força de trabalho (Marini, 1973).

Dessa forma, o argumento central da TMD repousa no processo de troca desigual nos países capitalistas, resultando em uma relação hierárquica e desigual entre países centrais e periféricos. A partir de relações de desenvolvimento capitalista desiguais, se assentou o domínio imperialista sob a América Latina.

De acordo com Souza (2020), sob a dominação do capital monopolista e financeiro o *modus operandi* imperialista “cancelou quaisquer possibilidades concretas de um desenvolvimento autônomo dos países antes colonizados na América Latina” (p. 132). Isso implica que, embora o capitalismo dependente tenha

características próprias, ele não deve ser visto como um estágio inferior ou deformação, mas uma forma específica de desenvolvimento capitalista que se realiza de maneira subordinada, perpetuando as desigualdades e as relações de dominação no mercado global. Nos termos de Marini, um capitalismo dependente *sui generis* (1973).

A superexploração da força de trabalho nas economias dependentes não é apenas uma consequência da sua inserção no mercado mundial, mas também um mecanismo de compensação das perdas advindas da troca desigual. Conforme Marini, "a superexploração pretende dar conta de uma modalidade de acumulação em que, de maneira estrutural e recorrente, viola-se o valor da força de trabalho" (2009, p. 171).

Diante do exposto, considerando a dinâmica política, econômica e social estabelecida na região, cabe avançar para a reflexão das particularidades do Estado no capitalismo dependente, para então pensar a democracia no território.

No capítulo anterior, selecionamos algumas das contribuições de Marx, Engels, Lênin acerca do papel do Estado no capitalismo, destacando a complexidade que assume em uma sociedade de classes. Lênin, ao avançar na análise do Estado na fase imperialista, destaca que a sua atuação torna-se ainda mais ferrenha na manutenção da ordem capitalista, especialmente diante da crescente concentração de poder nas mãos de uma elite transnacional.

Mas, além das contradições que atravessam o Estado de classes em sua forma "tradicional", o Estado no capitalismo dependente carrega em si características determinantes que darão conteúdo próprio para a conformação das nações latinoamericanas.

A primeira característica alude à condição das formações sociais nos países dependentes e a segunda se refere à superexploração da força de trabalho e seu papel nas relações entre as classes e suas frações (Osório, 2019). Nesse sentido, falar sobre democracia também implica falar sobre a condição de subsoberania dos Estados latinoamericanos em relação aos Estados imperialistas, que exercem a sua autonomia no âmbito econômico e político em condições distintas.

Este exercício desigual da soberania no interior do sistema mundial capitalista é uma característica estrutural, processo que se acentua ou se

atenua em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente relações de subsoberania (Osório, 2019, p. 206)

O aspecto subsoberano do Estado no capitalismo dependente suscita a subordinação e “associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista” (Osório, 2019, p. 206), sendo esta uma condição para a sociabilidade das classes dominante. Como rebatimento, mesmo as tentativas frágeis da burguesia nacional na proposição de projetos autônomos de desenvolvimento, não logram sucesso, pois acabam enfraquecidas e subordinadas ao imperialismo.

O caráter monopolista dos diferentes setores econômicos - resultado da subordinação e investimentos direto do capital estrangeiro - limitam a expansão das classes, frações e setores das classes dominantes. A fragilidade desta estrutura em combinação com as contradições inerentes do sistema mundial capitalista nos países periféricos e dependentes, é compensada pela violência legitimada e pelo intervencionismo do Estado, mesmo em regimes ditos democráticos.

Vimos que na forma geral do capitalismo, o Estado aparece como um “ente” acima da sociedade. No caso do capitalismo dependente, essa característica é ainda mais intensificada, respondendo a dois elementos principais.

O primeiro, a contradição entre repressão e proteção:

Frente à barbárie generalizada que a reprodução do capital tende a gerar na sociedade, e frente ao sentimento de fragilidade social que se impõe sobre os indivíduos - devastados por forças que não conhecem nem controlam - as autoridades estatais e o aparato de Estado emergem como um refúgio nos quais - e com os quais - seria possível se proteger (Osório, 2019, p. 209)

O segundo, a despolitização da população, onde a política fica distante dos cidadãos em um plano exclusivo que só pode ser acessado através de “qualidades carismáticas, de preparação, de experiência e de conhecimento” (Osório, 2019, p. 210). Em resumo,

O Estado no capitalismo dependente implica uma condensação das relações de poder e dominação, bem como da construção de uma comunidade num espaço específico do sistema mundial capitalista. Ele é caracterizado pelas relações restritas de soberania frente a formações econômico-sociais e regiões” (Osório, 2019, p. 206).

Quanto às atribuições do Estado em sua particularidade, Ernest Mandel elenca três funções principais que explicitam sua atuação fundamental para a integração econômica das periferias à lógica imperialista. São elas:

- 1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
- 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
- 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é "dos males o menor", ou a "vontade suprema", ou porque nem percebem a exploração a qual estão submetidos) (Mandel, 1982, p. 333-334).

Dessa forma, conclui-se que o papel do Estado, enquanto um aparato vital na preservação da dominação imperialista, cria uma rede de relações econômicas, políticas e ideológicas internas e externas, que se movimentam no sentido da reprodução do capitalismo dependente e da dominação política local. É a partir desta compreensão, que no item a seguir, veremos como estes elementos determinam as condições para a realização da democracia no continente.

3.2 A DEMOCRACIA A PARTIR DE *LOS NUESTROS*

Examinar categorialmente a democracia na perspectiva da totalidade foi o principal condutor metodológico deste trabalho de conclusão de curso. Como já explicitado anteriormente, o estudo aqui apresentado fundamenta-se na Teoria Social Crítica e na Teoria Marxista da Dependência, abordando elementos que permitem decifrar a particularidade latino americana enquanto território periférico e dependente e sua relação com a questão democrática.

Metodologicamente, optou-se por realizar uma revisão bibliográfica de escopo mais amplo a fim de identificar autores latino-americanos que tratassem do tema da democracia, incluindo obras em que foram identificadas divergências teóricas do trabalho aqui proposto. Do ponto de vista do procedimento técnico adotado neste

trabalho para fundamentação do conteúdo, este capítulo conta com um referencial teórico encontrado em livros, artigos científicos, dissertações e teses, através da coleta de dados no Google, na Biblioteca Universitária, na Scielo e leitura flutuante das referências de obras já conhecidas.

A partir dessa coleta, dentre os autores selecionados foi realizado um recorte de autores vinculados ao pensamento social crítico latino-americano, em especial da TMD, que tivessem publicações sobre o tema da democracia. Estes configuram *los nuestros*.

Na tabela abaixo, estão listados os autores e obras que foram selecionados no levantamento de escopo mais amplo:

Tabela 1 - Lista de autores e obras selecionadas

Autor	Obra	Ano
Agustín Cueva	As democracias restringidas da América Latina	1988
Agustín Cueva	O desenvolvimento do capitalismo na América Latina	1983
Atilio Borón	Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas para uma discussão	2010
Atilio Borón	Estado, Capitalismo e democracia na América Latina	1994
Carlos Nelson Coutinho	A democracia como valor universal	1979
Florestan Fernandes	Brasil em compasso de espera	2011
Florestan Fernandes	Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual	1994
Florestan Fernandes	Nova república	1986
Florestan Fernandes	A revolução burguesa no Brasil	1974
Francisco Weffort	Qual democracia?	1992
Jaime Osório	O Estado no centro da mundialização	2014
José Paulo Netto	Democracia e transição socialista	1990
Marcelo Cavarozzi	Transições do regime autoritário: América Latina	1988
Marco Aurélio Garcia	As esquerdas e a democracia	1986
Norbert Lechner	Pacto social nos processos de democratização: a experiência latino-americana	1985
Patrick Mariano Gomes	Crítica da crítica da democracia	2024

Theotônio dos Santos	Democracia e socialismo no capitalismo dependente	1991
----------------------	---	------

Fonte: Elaborado pela autora

Considerando os achados da pesquisa, cabe reconhecer o perfil dos autores elencados acima. Em relação ao recorte de gênero e raça/cor, foram identificados apenas homens, majoritariamente brancos. Esse perfil de pesquisadores, predominantemente masculino e branco, levanta questões importantes sobre as dinâmicas de acesso e poder no campo acadêmico latino-americano. A predominância desse grupo de autores reflete as desigualdades estruturais que ainda marcam a produção intelectual onde mulheres, pessoas negras, indígenas e outros grupos marginalizados têm sido historicamente invisibilizados em espaços de produção de conhecimento. No chão latino-americano, essa tendência também é expressa, indicando a reprodução ampliada do patriarcado e machismo.

O próprio processo de seleção e visibilidade das obras acaba por privilegiar uma perspectiva que limita a abrangência e a riqueza da análise aqui proposta. É importante ressaltar que, devido às restrições de tempo para a realização deste levantamento, a ausência de obras de autores negros(as), mulheres latino-americanas e indígenas que produzam conhecimento científico acerca do tema da democracia na América Latina não significa que elas não existam. Ao contrário, é possível que tais produções não tenham sido localizadas pela falta de visibilidade, o que indica a necessidade de uma investigação mais aprofundada, que fará parte de futuras pesquisas e que contribuirá para uma compreensão da temática a partir de *las nuestras*.

Ademais, nota-se a prevalência de alguns autores, indicando a relevância para o estudo da democracia no contexto latino-americano. Dentre eles, destaca-se Agustín Cueva, do qual depreende-se que diversos outros autores partem das suas construções teóricas, como, por exemplo, o conceito de democracia restringida. Ao analisar a data das publicações, também é possível observar a efervescência das produções teóricas acerca do tema no último terço do século XX, que, conforme será abordado a seguir, representa um período histórico em que a conjuntura política, social e econômica na América Latina configurava um quadro desalentador para o campo crítico.

A partir do levantamento das referências, cujas obras são distintas quanto aos objetivos, seguimos o traçado metodológico de selecionar autores da tradição marxista e do pensamento social crítico latino-americano.

Considerando as limitações deste trabalho, foram selecionados três autores para evidenciar as perspectivas do estudo crítico produzido sobre a democracia em solo latino-americano: Agustín Cueva, Atilio Borón e Jaime Osório. A partir deste recorte, foi realizada uma aproximação com as obras indicadas a fim de identificar as principais contribuições de cada autor acerca do debate aqui proposto, as quais seguem sistematizadas nos próximos itens.

3.2.1 Agustín Cueva: “a democracia não é uma casca vazia”

Agustín Cueva foi um sociólogo equatoriano cuja trajetória no âmbito acadêmico e político demonstraram sua dedicação no desvendamento das contradições de classes que perpassam a América Latina, sem perder de vista a luta dos povos latino-americanos frente a histórica dominação imperialista e burguesa. Cueva vivenciou o período de contrarrevoluções nas décadas de 1960 e 1970, que deram fruto a importantes análises que evidenciam seu rigor teórico-metodológico, destacando-se entre os pensadores latino-americanos da época.

O debate proposto por Agustín Cueva sobre o tema da democracia remete a duas questões principais: a formação sócio-histórica da América Latina e a possibilidade de uma sociedade democrática inserida na dinâmica do capitalismo dependente.

Uma parte expressiva de sua contribuição para os estudos latino-americanos a respeito da questão democrática se encontra na obra *As democracias restringidas da América Latina: elementos para uma reflexão crítica* (1988) que servirá de referência para análises aqui realizadas. Este livro circunda as interpretações da democratização na América Latina na perspectiva da totalidade, perpassando pelos elementos econômicos, sociais, políticos e culturais latino-americanos.

Sem nenhuma pretensão de analisar a democracia descolada da realidade social, Cueva dedica-se a identificar as contradições, articulações e correlação de

forças inerentes a sociedade de classes. Seu objetivo se encontra justamente em desvendar como esses elementos favorecem - ou não - o desenvolvimento da democracia e os direcionamentos que a classe dominante dá para a democracia. É através desse caminho que o autor identifica respostas que possam contribuir para o horizonte de luta da esquerda e dos socialistas: reconhecendo que a democracia não funciona em sua forma “pura”, sem o peso das contradições e conteúdos da vida social.

A começar pelo o que a democracia não é, Cueva alerta para a tendência em reconhecê-la como uma categoria exclusivamente política. É claro que falar sobre democracia é também falar sobre a relação entre Estado e a sociedade civil, constituída pela liberdade de expressão, pluripartidarismo, períodos eleitorais e o que hoje entendemos enquanto parte constitutiva do controle social - o direito dos cidadãos de avaliar as ações do Estado e o devido cumprimento das normativas em suas ações. Entretanto, o deciframento das contradições que forjam a democracia exigem a consideração das determinações econômicas, sociais e ideológicas.

Desse modo, Cueva não desconsidera a dimensão político-regimental da democracia, contudo, é necessário olhar para além dela, pois estas “regras do jogo”, apesar de fundamentais,

(...) nunca funcionam de forma indeterminada, ou seja, independentemente de sua inserção em certa estrutura mais complexa que é a que lhes infunde uma ou outra "orientação" (Cueva, 1988, p. 12).

Como demonstrou Cueva, basta olhar para os conflitos produzidos entre países dependentes e de economias centrais, em que os últimos utilizam meios nada democráticos para alcançar fins que respondam às demandas de uma ordem maior - a do imperialismo. Mesmo os países centrais proclamando a existência de democracias mais aperfeiçoadas, o regramento jurídico-normativo torna-se sem efeito frente às demandas de reprodução do capital.

A tomar por exemplo as invasões promovidas pelos Estados Unidos nos países dependentes, que foram feitas “democraticamente”, sem violar suas leis internas e por isso saem ilesas - pelo menos em seu conteúdo negativo, pois contraditoriamente, só aumentaram a popularidade interna dos respectivos chefes de Estado. Lastimavelmente, é mais fácil identificar os países da América Latina que

não sofreram ataques imperialistas, pela via “democrática”, do que o contrário. Por este motivo, conforme Cueva,

(...) habitante do terceiro mundo, acho muito pouco engraçado que os países imperialistas decidam “democraticamente” nos agredir, e não vejo como seria também obrigado a admirar uma forma - a democracia - que neste caso serve de veículo para conteúdos tão abomináveis (Cueva, 1988, p. 13).

Ao apreender o imperialismo como chave central para este debate, Cueva contribui para identificar o padrão de dominação e violência imposto historicamente à América Latina e as estratégias ideológicas adotadas para o seu ocultamento. Nesse sentido, o discurso democrático que apregoa a defesa de princípios vinculados à liberdade e igualdade não passam de falácia e propaganda enganosa.

continuo convencido de que não existe nenhum procedimento formal que possa legitimar a tomada de decisões tão imorais (...) não posso ignorar o fato de que a presença do imperialismo distorce a nossa democracia mesmo nos casos de países que não parecem ser vítimas de agressão direta (Cueva, 1988, p. 14).

Considerando essa distorção, Cueva procura identificar qual é o alcance da democracia em países em que nem o próprio presidente da República goza do maior poder de decisão - este direito é reservado para os Estados Unidos, mesmo em países regidos pelas normas democráticas.

Essa questão é materializada no caso de Honduras, que, conforme resgatado pelo autor, “As funções de presidente se limitam à administração da miséria e à obtenção de empréstimos norte-americanos” (Cueva apud Selser, 1985, p. 30). Contudo, como bem destaca Cueva, essas observações são postas com o objetivo de menosprezar a democracia existente, nesse caso a de Honduras:

menosprezo que, se fosse verdade, levaria à inevitável conclusão de que uma ditadura terrorista aberta daria o mesmo que a manutenção dos espaços e formas atuais, por menores que sejam (Cueva, 1988, p. 16)

Através desse recorte específico em termos de região e tempo histórico, Cueva provoca uma importante reflexão que pode ser expandida para a realidade social, política e econômica latino-americana. De fato, é inegável que os regimes militares e as ditaduras fascistas são mais violentos e restritivos, como comprovam as experiências concretas de repressão na região. É compreensível que as

cicatrizes deixadas pelos períodos de ditadura militar moldam um ideário que, atravessado pela sociabilidade burguesa, criam um cenário de satisfação em relação ao estado atual das democracias nesses países. Afinal, com um passado profundamente violento, a agenda política não poderia oferecer mais do que ela é. No entanto, a análise concreta da democracia revela que os pressupostos democráticos nunca foram realizados, pelo contrário, o caráter dependente impõe à América Latina uma determinada dinâmica que produz em escala ampliada a coerção e a violência como principais estratégias políticas adotadas pelos Estados.

Ao contrário da maré que empurra a sociedade civil para uma espécie de apassivamento das massas, Cueva propõe uma leitura crítica da violência histórica e da fragilidade dos aparatos do Estado dependente, que torna urgente problematizar a democracia no contexto latino-americano. Sua inquietação parte da compreensão das determinações de uma democracia inserida em uma trama mais ampla de dependência econômica e política, em que o imperialismo e as relações de poder global moldam as dinâmicas internas, com implicações diretas na forma como as instituições democráticas se configuram e funcionam no território latino-americano.

Portanto, o que aprendemos com Cueva até aqui é que a democracia não é “uma forma de relação política que vale em e por si mesma” como denota Carlos Pereyra (1986, p. 19), ou como descrita pelo autor brasileiro Fernando Weffort:

O estado de direito, ao qual se subordinam governantes e governados, a liberdade de se organizar para competir de modo pacífico pelo poder, a liberdade de participação do conjunto de cidadãos, através do voto, nos momentos de construção do poder: eis os atributos mínimos e essenciais da democracia em qualquer tempo e em qualquer lugar que exista ou tenha existido (Weffort apud Cueva, 1988, p. 18)

A Cueva não cabe maldizer as liberdades e legalidades elencadas por Weffort como tributos da democracia, tampouco desmerecer as lutas travadas para a sua validade. Contudo, há alguns pressupostos da definição de Weffort que parecem desconsiderar as experiências da história e o conteúdo de classe da democracia. Nesse sentido, o autor levanta elementos a serem ponderados:

Duvido, por exemplo, que o poder se construa através do voto (...) pela boa razão empírica de que nunca vi nem ouvi falar de qualquer lugar do planeta onde assuntos tão decisivos como os que a seguir apontarei tenham sido submetidos a votação: a) a questão do sistema de propriedade; b) a estrutura do aparato militar; c) a constituição das relações que a CEPAL denomina

"centro-periferia" (para não falar diretamente de imperialismo) (Cueva, 1988, p. 19).

A crítica de Cueva acerca do voto refere-se às circunstâncias em que a população é requisitada a participar de processos decisórios. Socializados nos limites da democracia burguesa, as nações latino-americanas habituaram-se com a agenda política eleitoral, sua periodicidade e consequentemente o limite de participação nos momentos decisórios. Pensar o poder de decisão da sociedade civil fora desse molde "(...) parece ao mesmo tempo tão vital e tão utópico (...), tão distante não apenas da nossa experiência, mas também de nossas expectativas" (Cueva, 1988, p. 20). Utópico porque "vai contra todo o movimento da história, que concentra cada vez mais poder" (Cueva, 1988, p. 20) de forma em que as decisões estão cada dia menos sujeitas a discussão. Dessa forma,

que poder de decisão tem o cidadão comum de um país subdesenvolvido sobre um movimento econômico que escapa não só das dimensões de sua unidade produtiva, de seu bairro e de seu povo, mas também do âmbito de sua nação? (Cueva, 1988, p. 21)

Ou seja, trata-se de uma dupla concentração que, em uma espécie de simbiose, dependem e beneficiam-se uma da outra para crescer: a concentração de poder político e econômico. Essa realidade põe ainda mais um desafio para uma participação popular que decida em prol das reivindicações da classe trabalhadora, uma vez que esta é atravessada por relações de poder pré-estabelecidas, que implicam obviamente um poder ideológico da classe dominante. Além disso, como muito bem observado por Cueva na época em que escrevia a sua obra - a mais de três décadas atrás,

vivemos o momento da desilusão, que faz com que as mãos às vezes voltem muito "democraticamente" seus olhos para a direita, onde a esquerda e os setores progressistas em geral têm sido incapazes de imprimir conteúdos populares para a democracia (Cueva, 1988, p. 23).

Em caráter de síntese, resgatar o pensamento sobre a questão democrática em Cueva na América Latina é resgatar o conteúdo de classe que a constitui. Para o estudioso, ignorar as contradições que atravessam a democracia e considerá-la como uma forma-fim apenas contribuirá para a alienação das massas. Aos que

almejam outro projeto democrático, há de se conhecer que as massas devem lutar pela democracia: é o que sempre fizeram, ainda que acompanhadas de erros em seu caminho.

No entanto, em um contexto igualmente marcado pelas mais perversas desigualdades sociais, também está fora de sentido pedir-lhes que não tentem imprimir um selo específico a essa democracia - nas palavras do autor, “a democracia não é uma casca vazia, mas um continente que vale a pena em função de certos conteúdos” (Cueva, 1988, p. 24).

3.2.2 Atilio Borón: “a liberdade não pode sobreviver onde um cidadão indigente está disposto a vendê-la por um ‘prato de lentilhas’”

Atilio Borón é um importante sociólogo marxista argentino e doutor em ciência política, cujas contribuições refletem sua perspectiva socialista e anticapitalista. Suas contribuições acerca do tema da questão democrática na América Latina resultam em estudos sobre as transições democráticas no continente latino-americano e reflexões sobre os problemas e perspectivas em que o mercado, o Estado e a democracia podem conviver.

As obras Estado, capitalismo e democracia na América Latina (1994), A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal (1998) e a Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina: notas para uma discussão (2010) serão fonte de análise dessa pesquisa a fim de identificar as contribuições do autor para este trabalho. Considerando o tempo histórico em que Borón escreveu os dois primeiros livros, sua crítica parte de uma leitura conjuntural do período de democratização na América Latina na década de 1980.

Para compreender a particularidade deste processo no território, o autor retoma elementos em comum da formação sócio-histórica dos países latino-americanos, elencando pressupostos para analisar a questão democrática.

A começar pelas revoluções burguesas na América Latina, é necessário considerar que em nenhuma das experiências - seja no México em 1910-1917, na Guatemala em 1944, na Bolívia em 1952 ou no Brasil a partir de 1964 - culminaram

na instauração de democracias estáveis. Isso porque, preocupados em responder às demandas frente à dinâmica do capitalismo mundial enquanto países dependentes, os dirigentes dedicaram-se a pensar em como responder a lógica do capital e, neste plano, o funcionamento da democracia não era de seu interesse.

Diante dessa configuração, consolida-se o capitalismo dependente onde os traços autoritários - herança atualizada do passado colonial - manifestam-se em uma intensidade particular (Borón, 1994; 1998).

Em termos de reivindicações democráticas no começo dos anos 1980, o cenário político latino-americano passou por uma importante reorganização após as ditaduras. Segundo o autor, “nunca como então houve tantas nações que se entregaram à empresa de transformar seu regime político seguindo as regras do jogo democrático” (Borón, 1998, p. 64).

Diante daquele momento histórico, Borón recorda o posicionamento de uma parcela da esquerda latino-americana, que adotou uma concepção otimista e “facilista” sobre a questão democrática, fundamentada em dois pressupostos:

- a) o caráter supostamente linear e irreversível dos progressos democráticos (...)
- b) a crença, teoricamente errônea e historicamente falsa, de que a democracia é um projeto que se esgota apenas na “normalização” das instituições políticas (Borón, 1998, p. 64).

Dessa forma, projetam uma imagem reduzida da democracia, transformam-a em “uma questão de método, dissociado completamente dos fins, valores e interesses que animam a luta dos atores coletivos” (Borón, 1994, p. 8), porque, seguindo este raciocínio, o horizonte de uma nova ordem democrática se esgotaria em uma reorganização do ordenamento político.

Assombra comprovar como algo que parece à primeira vista tão simples e razoável segundo estes autores tenha podido despertar ao longo da história paixões tão transbordantes, produzindo resistências tão encarniçadas e provocado nos mais diversos tipos de sociedade revoluções e contra-revoluções, sangrentas guerras civis, prolongadas lutas reivindicativas e selvagens repressões (Borón, 1998, p. 65).

Ao reconhecer a democracia como uma categoria exclusivamente política, esses grupos acabam por reproduzir uma concepção bastante distante daquela formulada por Marx, Engels e Lênin. Essa concepção reducionista da democracia apaga o antagonismo de classes na sociabilidade capitalista. Em outra linha de análise, Borón reflete sobre a questão da democracia através de outra lente:

por um lado, um conjunto de regras “certas” do jogo que permita institucionalizar - e provisoriamente resolver - os antagonismos sociais e chegar a resultados “incertos”, isto é, nem sempre necessariamente favoráveis aos interesses das classes dominantes; por outro, a democracia também contém uma definição de “boa sociedade”, que, dialeticamente, finaliza no socialismo. Esta postulação se articula em torno de dois eixos: a igualdade concreta dos produtores e a liberdade efetiva dos cidadãos (Borón, 1998, p. 67)

Segundo o autor, essa é a definição integral da democracia. Dessa definição não só nasce uma imagem de uma “utopia positiva”, mas uma proposta real de reforma social que se difere, em todos os sentidos, da qual a classe trabalhadora vive nas condições perversas do modo de produção capitalista. Para ele, a concepção integral da democracia constitui a verdadeira essência do socialismo e “não só é teoricamente correta (...) mas em termos práticos é a única que permite legitimar o regime democrático” (Borón, 1988, p. 67) em uma região como a nossa que carrega tantas cicatrizes deixadas pelos lastros de autoritarismo.

Sendo assim, uma leitura comprometida com a real condição democrática no território latino americano requer, obrigatoriamente, considerar a forma, as condições e os limites da democratização em países periféricos e dependentes, não se abstendo apenas em abstrações feitas sobre a democracia:

Isso não subestima em nada a transcendência da democracia como forma de governo e como modo de vida, sobretudo depois dos rios de sangue que correram na América Latina para conquistá-la. Mas sua necessária valorização não pode ignorar que em sua concretização histórica a democracia (...) sempre é encontrada laçada com a estrutura de dominação classista, que impõe rígidos limites as suas potencialidades representativas, e, em maior medida ainda, às possibilidades de autogoverno da sociedade civil (Borón, 1998, p. 69).

A democratização do capitalismo - seja através do sufrágio universal ou da representação política nos espaços de decisão - não altera a estrutura de dominação inerente à reprodução do capital. A igualdade jurídico-formal não dá conta dos reflexos materiais da superexploração na vida da classe dominada e não forja condições mais factíveis para a disputa política.

Dessa forma, é necessário olhar para esta complexa relação de modo a contornar interpretações que tendem a camuflar o real significado da democracia. A primeira, refere-se ao reducionismo economicista, que dissocia a natureza política nas leis do funcionamento do capital, pois seguindo esta linha de análise,

(...) a ditadura e a democracia burguesa se convertem em distinções irrelevantes: Augusto Pinochet é o mesmo que Olaf Palme; Raúl Alfonsín é igual a Jorge Videla⁶ e o nazismo não é muito diferente da Frente Popular Francesa (Borón, 1998, p. 69).

A segunda interpretação localiza-se no equívoco dos segmentos das ciências sociais ao analisarem as categorias a partir de concepções hegemônicas. Ao fazê-la, fragmentam a realidade social e ignoram a totalidade na qual a democracia está inserida, perdendo assim seu sentido: “fala-se de democracia sem sobrenome, quando na realidade estamos falando de “capitalismos democráticos”, em que o substantivo é o capitalismo e o adjetivo, a democracia” (Borón, 1998, p. 69).

Destarte, enquanto estudioso comprometido com a perspectiva da totalidade, Borón ensina que a abstração real da democracia na particularidade latino-americana não é possível senão através de uma leitura que considere a realidade social na qual ela está inserida. Para tal, compreendendo a democracia enquanto categoria histórica e inserida em uma dinâmica atravessada por contradições, Borón remonta aos anos 1980 como ponto de partida para pensar a questão democrática na América Latina.

No território, observou-se um certo frenesi diante das novas possibilidades no âmbito político, enquanto os rebatimentos para a classe trabalhadora “ligadas ao funcionamento de nossos capitalismos e da estrutura de classes” (Borón, 1998, p. 70) ficaram à margem na lista de preocupações das nascentes democracias.

O triunfo da democracia foi torpemente interpretado como a derrota da economia nas mãos da política, quando na realidade o que se havia produzido era a bancarrota do “economicismo” em todas as suas variantes. Deste modo a política recuperava sua “dignidade” às custas de um arriscado e efêmero desprezo dos fatores econômicos, que pouco tempo depois haveriam de cobrar um preço muito alto diante da semelhante ousadia (Borón, 1994, p. 11)

⁶ Augusto Pinochet foi um general chileno que liderou um golpe de Estado em 1973 e instaurou a ditadura militar no Chile. Olof Palme foi um político sueco, líder do Partido Social-Democrata e primeiro-ministro da Suécia. Olof foi considerado defensor de políticas de bem-estar social e crítico de regimes autoritários e das políticas externas dos EUA. Foi assassinado em 1986. Raúl Alfonsín foi um político argentino, presidente da Argentina entre 1983 e 1989, sendo o primeiro líder eleito democraticamente após o fim da ditadura militar. Jorge Videla foi um general argentino e presidente durante a ditadura militar na Argentina.

Os avanços políticos que a América Latina vivenciou durante as duas últimas décadas do século XX são inegáveis. Justamente por serem tão evidentes enquanto importante momento histórico da classe trabalhadora que contrastam tanto com as condições de vida da classe trabalhadora.

No caso latino-americano, o período de redemocratização foi simultâneo à “pauperização de extensas franjas da sociedade civil” (Borón, 1998, p. 70), colocando em cheque os limites da democracia burguesa: “até que ponto pode progredir e se consolidar uma democracia capitalista em situações recessivas e com um quadro de miséria (...)?” (Borón, 1998, p. 70).

A resposta para esse questionamento se encontra nas contradições inerentes ao modo de produção capitalista: no discurso, a pretensão de integrar as massas na esfera política e o Estado reafirma-se como dispositivo regido pela igualdade jurídica-formal. Na realidade concreta, que responde às demandas do capital, políticas de ajuste que excluem e marginalizam os trabalhadores, dando lugar a um “verdadeiro *apartheid* econômico e social” (Borón, 1998, p. 71).

É nítido, portanto, que o discurso liberal sobre a democracia não é compatível com uma sociedade de classes em que a classe dominada vive na miséria generalizada e a classe dominante afoga-se em seus privilégios de magnatas, esgotando os princípios da liberdade e da democracia da sociedade a fim de manter sua existência:

Quando os pobres se transformam em indigentes e os ricos em magnatas, sucumbem a liberdade e a democracia, e a própria condição do cidadão - verdadeiro fundamento sobre o qual se apoia a democracia - se deteriora irreparavelmente. A liberdade não pode sobreviver onde um cidadão indigente está disposto a vendê-la por um “prato de lentilhas”, e um outro disponha da riqueza suficiente para comprá-la a seu bel-prazer. Nessas condições a democracia se converte em um ritmo farsesco e se esvazia de todo conteúdo (Borón, 1998, p. 71).

Nesse universo de precarização das condições de vida da classe trabalhadora latino-americana, o neoliberalismo⁷, enquanto um dos principais

⁷ Segundo Netto, sobre a trílice mote do neoliberalismo: “no que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial mas não exclusivamente nos países periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais” (Netto, 2012, p. 417).

instrumentos político, ideológico, social e econômico utilizados a partir dos anos 1980, foi protagonista na formulação de medidas que foram incorporadas, de forma generalizada, pelos governos latino-americanos e produziram enquanto resultados o agravamento das condições para a reprodução social da classe trabalhadora e, por consequência, das condições incompatíveis com os princípios de igualdade e liberdade.

Os ajustes neoliberais ganham espaço nas preocupações de Borón, e em sua análise a efervescência das críticas ao Estado na nova etapa democratizadora não é exatamente uma causalidade:

A hegemonia ideológica do neoliberalismo e sua expressão política, o neoconservadorismo, adquiraram uma desabitual intensidade na América Latina. Um de seus resultados foi o radical enfraquecimento do Estado, cada vez mais submetido aos interesses das classes dominantes e renunciando a graus importantes de soberania nacional diante da superpotência imperial (Borón, 1998, p. 78).

Neste período, fortalece-se o discurso que condena tudo aquilo que é estatal como ineficiente e a “amálgama da crise estrutural do Estado com o discurso satanizador do setor público diminuiu a capacidade deste para formular e executar políticas” (Borón, 1998, p. 78). Este é apenas um exemplo de como o Estado, tal como uma peça de tabuleiro, é controlado para responder às demandas do capital.

Frente a esta análise, Borón demonstra preocupação com as interpretações errôneas a serem feitas, principalmente no contexto em que sua obra foi escrita, considerando a ruptura com os regimes ditatoriais na América Latina. Conforme sinalizado pelo autor, a dedicação para decifrar as bases econômicas da democracia não significa ignorar sua estrutura política ou considerá-la irrelevante uma vez que o território não estivesse mais inserido em um contexto de ditadura.

As conquistas da classe trabalhadora na década de 1980 e as novas reivindicações democráticas no âmbito individual e coletivo que resultam de um amadurecimento das lutas populares “realocou radicalmente os termos da questão democrática”. Somaram-se aos temas clássicos da democracia como a soberania do povo, a representação política nos espaços de decisão e os princípios de igualdade

Além disso, soma-se a desqualificação do Estado como caminho para o privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do “Estado mínimo” pretende, fundamentalmente, “o Estado máximo para o capital” (Netto, 2012, p. 422)

e liberdade, reivindicações totalizantes nas esferas política e social sobre a cidadania. Essas mudanças não devem ser interpretadas no sentido em desdenhar reivindicações anteriores: “aquelas liberdades, direitos e garantias individuais continuam sendo necessárias para uma democracia socialista” (Borón, 1994, p. 14).

Em diálogo com Rosa Luxemburgo, Borón afirma sua crítica a prática de “maldizer a democracia burguesa por ser exclusivamente formal” (Borón, 1994, p. 14) e junto disso o cancelamento irrefutável das liberdades “formais” devido o seu caráter burguês,

(...) como se o habeas corpus, a liberdade de expressão e de associação (...) se chocassem com a teoria e a prática das classes populares. Rosa Luxemburgo (...) acertadamente sustentava que a democracia socialista exigia a mais rotunda ratificação e extensão dessas liberdades - formais só em aparência - mediante a democratização “substantiva” da fábrica, da escola, da família, enfim, do conjunto da sociedade (Borón, 1994, p. 14).

Não reconhecer os avanços que as lutas populares reivindicaram através da democracia burguesa seria ignorar uma série de conquistas no solo latino-americano que resultaram em melhoras objetivas nas condições de vida da classe trabalhadora. Reconhecê-las não significa ignorar os limites das transformações dentro da lógica de reprodução do capital, mas compreender a dinâmica da luta de classes dentro do regime democrático.

Diante do exposto, compreende-se que os problemas que contornam a democracia na particularidade latino-americana extrapolam às questões exclusivas de um regime político. Tem-se uma região em que as conquistas democráticas tropeçam nos limites irredutíveis de um capitalismo periférico e dependente. Tem-se uma sociedade em que deteriorou-se até o limite a integração social e o senso de coletividade, minados pelos valores amplamente fomentados pela lógica do consumo e individualismo. As representações coletivas dos interesses populares são desgastadas pelas garras do capitalismo neoliberal, resultando em um esvaziamento da política.

Todos esses fatores contribuem para que o individualismo reine e, neste cenário, é desafiador falar sobre práticas democráticas, “salvo com que isto simplesmente se queira aludir ao respeito ritual a certas formalidades, que, ao estarem esvaziadas de todo conteúdo, carecem por completo de significação” (Borón, 1998, p. 107). Nesse ínterim, é evidente que as possibilidades de uma

cidadania participativa dentro do capitalismo democrático são ainda mais restringidas quando se trata de um território como a América Latina.

A grande burguesia dos países latino-americanos e a classe trabalhadora vivem em dois universos tão distintos que falar sobre relações democráticas parece ser ironia. Borón questiona: “Que relação pode haver entre este tipo social e o que encarnam os milhões de condenados da terra na América Latina contemporânea?” (1998, p. 106). Mas então, o que fazer? Qual é a resposta para esse labirinto em que a contradição entre a democratização e o capitalismo nos leva a pensar sobre a democracia de forma tão fatalista? Como pensar em uma outra experiência democrática se os limites deste modo de produção cegam olhares que teimam em vislumbrar um horizonte diferente deste que a classe trabalhadora vive?

Como exposto no capítulo anterior, no seio do pensamento socialista revolucionário, o debate da democracia sempre aparece acompanhado da liquidação do modo de produção capitalista e da transição socialista como horizonte da luta dos trabalhadores. Nos escritos de Borón, ao estudar a particularidade latino-americana, não seria diferente. O tema da transição ao socialismo aparece com igual importância do próprio tema da democracia ao tratar de um território em que sua “versão” genuína nunca existiu:

a experiência histórica ensina que o possível trânsito de uma democracia capitalista e outra de tipo socialista - ou, pelo menos, “pós-capitalista” - é impensável sem recolocar, simultaneamente, o tema da mutação radical na estrutura da sociedade, algo que se inscreve certamente na sociologia das revoluções (Borón, 1998, p. 75)

O debate sobre o tema da transição socialista extrapola os limites deste trabalho, dada a sua envergadura. Entretanto, reconhecemos nas obras de Borón que a resposta para os problemas objetivos e concretos da democracia na América Latina está relacionada à sua incompatibilidade com o modo de produção capitalista e, logo, suscitam mudanças que alterem substancialmente a estrutura da sociedade. O território latino-americano carrega em si diferentes cicatrizes que são reabertas de tempos em tempos: seja pelo colonialismo, pela ditadura ou pelo capitalismo selvagem em suas diferentes fases.

Aprendemos no primeiro capítulo com autores clássicos que quando falamos de transição não se trata de algo corriqueiro, simplório ou rápido. Trata-se de um

processo histórico com distintas fases, com tarefas a serem cumpridas e desafios de diferentes níveis de complexidade a serem superados.

Como ensina Borón, na particularidade da América Latina a reconstrução do Estado diante do dilúvio neoliberal demanda uma reconstrução social imensa que objetive ressignificar a democracia para o povo latino-americano, pois somente em um regime democrático, por mais contraditório que este seja, é possível construir um “conjunto plural de forças de inspiração socialista que seja capaz de reconciliar os ideais fundamentais de justiça, de liberdade, de democracia e de igualdade” (Borón, 1998, p. 112) que desemboque em uma nova ordem societária.

3.2.3 Jaime Osório: “a aporia entre o projeto econômico e o discurso político”

Uma das análises mais profundas que temos em termos de estudos realizados por autores latino-americanos sobre a dinâmica e funcionalidade do Estado e as razões por trás da democratização na América Latina se encontra no livro *O Estado no Centro da Mundialização: A sociedade civil e o tema do poder* (2019) do sociólogo chileno Jaime Osorio. Na obra, o estudioso articula a questão do Estado, do poder político, da democracia e da sociedade civil para desvendar as contradições que perpassam as possibilidades da governabilidade no solo latino-americano.

A democracia como forma de governo remete a diferentes concepções, como já exposto anteriormente. Osório destaca duas visões que servem de ponto de partida para fundamentar sua análise entre democracia e capitalismo: a democracia procedimental e a democracia substantiva.

A democracia procedimental, em sua versão liberal, é uma forma de regime político centrada em aspectos formais e processuais, em que as questões relacionadas à organização das eleições e à competição política entre diferentes partidos são centrais. Caracteriza-se principalmente pela ênfase nas “regras do jogo” que organizam o sistema político, como a concorrência entre partidos, o registro de cidadãos, a organização das eleições por organismos autônomos, a transparência na contagem de votos, entre outros elementos institucionais.

De acordo com o autor, a “ênfase recai sobre questões formais” (Osório, 2019, p. 65) e por isso também é reconhecida como democracia formal. Nesse sentido, “os Estados que seguem aqueles procedimentos poderão ser qualificados como democráticos” (Osório, 2019, 65). Uma de suas principais características reside na separação entre a esfera política e a econômica.

Na visão liberal, o campo político é idealizado como um espaço de igualdade, onde "os cidadãos são concebidos de forma igualitária: cada cabeça é um voto" (Osório, 2019, 65). Essa concepção coloca o indivíduo como o principal sujeito da ação política, mas de uma maneira atomizada, sem considerar o conteúdo de classe que molda a realidade social:

Assim entendida, a democracia é basicamente um mecanismo através do qual a população decide quem administrará o aparato estatal. Define fundamentalmente as substituições da classe reinante. As desigualdades sociais são um resultado natural de pontos de partida igualitários, de modo que tais desigualdades não são de responsabilidade da política, mas da economia e, em particular, do mercado. Política e economia se movem, portanto, em esferas separadas (Osório, 2019, p. 66).

Frente a esta concepção de democracia, outra visão ganha destaque ao se contrapor aos princípios das classes dominantes. A democracia substantiva, conforme descrita por Osório, representa uma crítica fundamental à visão liberal da democracia - “é a democracia social, comunitária, ética ou substantiva (...) entende a importância e a necessidade dos mecanismos procedimentais, mas os considera insuficientes” (Osório, 2019, p. 66).

Ao contrário da democracia procedimental, a democracia substantiva questiona a separação entre o campo político e econômico, pois considera que a verdadeira igualdade política só pode ser alcançada “caso não esteja integrada com as desigualdades sociais oriundas da inserção dos indivíduos na economia” (Osório, 2019, p. 67). Em outras palavras, essa visão da democracia “assume a unidade da vida social”:

Esta visão de democracia está baseada numa concepção da sociedade como uma unidade orgânica, com consistência própria, sendo a igualdade social de seus membros um dos objetivos centrais. Os indivíduos se fazem em sociedade, de modo que deve primar o bem da sociedade para que isso expresse o bem dos indivíduos, e não ao contrário, como ocorre na democracia procedimental (Osório, 2019, p. 67).

Além disso, a democracia substantiva vê a liberdade não apenas como a ausência de restrições (liberdade negativa), mas como a presença de condições que possibilitem aos indivíduos efetivamente usufruírem das oportunidades e alcançarem o bem-estar. Para Osório, "não basta ditar uma lei sobre a igualdade de oportunidades (liberdade negativa), mas é necessário proporcionar efetivamente as oportunidades para todos (liberdade positiva)" (Osório, 2019, p. 67). A liberdade positiva implica em garantir que as condições sociais e econômicas estejam em harmonia com a igualdade política, de modo que todos possam exercer suas liberdades de maneira plena e efetiva.

Dessa perspectiva, para que uma sociedade seja verdadeiramente democrática, é preciso que ela seja igualitária em oportunidades e ofereça bem-estar generalizado a todos, ao mesmo tempo em que preserva a liberdade individual. Conforme o autor,

Somente quando a sociedade consegue conciliar a existência de uma boa sociedade (igualitária em oportunidades e com bem-estar generalizado) e, neste terreno, com liberdade individual, é possível falar de uma sociedade democrática (Osório, 2019, p. 67).

As concepções de liberdade e igualdade nas duas abordagens de democracia - a procedimental e a substancial - apresentam diferenças fundamentais, como destacado por Osório. Essas diferenças refletem visões distintas sobre o papel do indivíduo, da sociedade e do Estado, e são baseadas em pressupostos ideológicos antagônicos.

A democracia procedimental, em sua versão liberal, reconhece a igualdade formal entre os indivíduos, ou seja, a igualdade perante as leis e a igualdade de direitos. No entanto, ela tem limitações quando se trata de promover a igualdade social. Como Osório aponta, "a democracia procedimental (...) se encontra limitada para assumir a igualdade social, pois esta vai contra a concorrência social" (2014, p. 69).

A visão liberal acredita que as diferenciações sociais são naturais e até necessárias para o progresso da sociedade. A concorrência social é considerada essencial para o desenvolvimento, e sem ela, o progresso seria impossível.

Dentro dessa perspectiva, a liberdade ocupa uma posição privilegiada. A democracia procedimental defende que a liberdade econômica e o direito à propriedade privada são essenciais para garantir a prosperidade e o funcionamento

do sistema democrático. Para essa concepção, a igualdade só pode ser buscada dentro dos limites impostos pela liberdade. Ou seja, a busca pela igualdade não pode prejudicar a liberdade econômica e o direito de desfrutar dos bens que a liberdade de mercado proporciona. Isso justifica a rejeição à intervenção estatal na economia, visto que qualquer ingerência do Estado limitaria a liberdade econômica. Como Osório destaca, essa postura tende a se aproximar de uma concepção de Estado mínimo: "sua fórmula estatal se aproxima assim à ideia de Estado mínimo em relação às funções estatais" (2014, p. 69).

Em contraste, a democracia substantiva privilegia a igualdade social e vê a liberdade econômica como algo a ser condicionado ao bem-estar coletivo. Para essa abordagem, a liberdade só pode ser plenamente exercida dentro de limites que garantam a justiça social. Em outras palavras, a liberdade econômica deve ser limitada até o ponto em que ela não prejudique o bem-estar da comunidade. A democracia substantiva acredita que a busca pela igualdade social deve ser a base para a liberdade e o desenvolvimento da sociedade. Osório afirma que, para essa visão, "o campo das liberdades (econômicas) pode se desenvolver somente até o ponto em que não atentem contra o bem-estar da comunidade" (2014, p. 69).

Enquanto a democracia procedimental é baseada em princípios individualistas, a democracia substantiva se fundamenta em princípios comunitários. Para a primeira, "à medida que o indivíduo lute para alcançar seu bem-estar, a sociedade toda será beneficiada e terá melhores condições de desenvolvimento" (Osório, 2019, p. 69). Já a segunda visão sustenta que, "à medida que a sociedade crie condições para uma boa sociedade, os indivíduos terão melhores condições para se desenvolver" (Osório, 2019, p. 69).

A liberdade negativa, que caracteriza a democracia procedimental, refere-se à ideia de que o Estado não deve interferir na busca individual pela felicidade e pelo bem-estar. Já a democracia substantiva se apoia na liberdade positiva, que exige que a sociedade crie condições reais para que seus membros alcancem o bem-estar e a felicidade.

A partir dos elementos mencionados, Osório assinala que a relação entre democracia e capitalismo nunca foi isenta de contradições. Em oposição à ideia de que a democracia seria a forma de governo natural do capitalismo, o autor destaca que a história desmente essa suposição - "somente quando se reduz a democracia

às concepções procedimentais, parece possível alcançar certa adequação entre o capitalismo e a democracia" (Osório, 2019, p. 69).

Essa forma histórica de adequação entre capitalismo e democracia é o que hoje conhecemos como democracia liberal. Sobre a democracia liberal, Osório elenca importantes elementos que se aplicam a democracia dos países periféricos e dependentes:

Com a constituição do cidadão e, depois, com o sufrágio universal, esse processo ganha um novo impulso. Cada cabeça é um voto e um voto é igual a qualquer outro voto. A democracia liberal acaba consagrando a igualdade política dos indivíduos. (...) Numa esfera política assim conformada, constrói-se também a ficção de que, nas eleições fundamentais, tudo ou quase tudo está em disputa, salvo a própria democracia. (...) Nas eleições da democracia liberal não está em jogo o poder político do Estado (Osório, 2019, p. 150-156).

Daí podemos desenvolver algumas reflexões. Na realidade concreta, a igualdade política choca com a desigualdade social inerente ao modo de produção capitalista. Osório fala sobre um duplo processo de fratura, entre o plano político e econômico, que fundamenta o enredo da ficção-realidade onde os cidadãos são livres e iguais. Em outras palavras, "a dupla fratura permite que a economia se manifeste como não política, para que, por sua vez, a política se manifeste como não econômica" (Osório, 2019, p. 151). De acordo com o autor, isso significa aceitar que nada que aconteça na economia seja fruto de decisões políticas e implica a negação de que os eventos políticos são influenciados pelas escolhas no plano da economia, o que quebraria a ilusão de igualdade entre os envolvidos.

No que tange aos períodos eleitorais, na análise de Osório, as eleições acontecem dentro de um "campo de jogo" cujas regras já foram definidas previamente pelas elites políticas e econômicas. O processo eleitoral é, portanto, limitado por estruturas de poder que "filtram" as opções disponíveis para os cidadãos, refletindo as decisões da classe dominante, que já estabeleceram os limites do possível e do impossível no plano político, tornando a participação da sociedade uma ilusão de poder: "os cidadãos, neste relato, não podem ser outra coisa que sujeitos com poder" (Osório, 2019, p. 155).

Dentro dos limites da democracia liberal, o poder político do Estado não está verdadeiramente em disputa. O voto não põe em cheque a decisão sobre "a vida em comum em torno da propriedade comum ou em torno da propriedade privada dos

meios de produção” (Osório, 2019, p. 156), pois isso seria uma ameaça direta para a manutenção do capitalismo. Dessa forma, alteram-se os políticos nos cargos do aparelho estatal, mas não alteram as estruturas de poder subjacentes.

Mesmo quando a classe trabalhadora conquista a ascensão de governos considerados progressistas, Osório aponta que o Estado, enquanto aparelho instrumentado pela classe dominante, acaba por neutralizar qualquer tentativa de mudança radical: “é possível produzir modificações nas relações de força entre as classes dominantes e as classes dominadas, sem que se altere o fundamento do poder e do domínio” (2014, p. 176).

A partir dos elementos mencionados, o autor assinala que para alcançar uma análise que destrinche a constituição e o exercício do poder político no contexto da democracia liberal como ela verdadeiramente é, é necessário identificar quem domina o poder político e como o exerce, sem privilegiar nenhuma das questões pois estas são igualmente importantes. Dessa forma, reconhece a importância de desvendar “o início e o fim das transições, (...) as instituições dos regimes democráticos e suas inter-relações” (Osório, 2019, p. 228), bem como, em relação a quem deter o poder, “constatar as trocas na cúpula do aparato estatal, na esfera que administra o Estado” (Osório, 2019, p. 228) e “os interesses de classe específicos que, sob uma ou outra administração, o Estado realmente representa” (Osório, 2019, p. 228).

Osório segue o caminho de Marx, Engels e Lênin ao olhar para a democracia na perspectiva da totalidade. Para desvendar a experiência democrática no território, Osório propõe alguns questionamentos que auxiliam a construir uma linha de análise que considere a realidade concreta:

Quanta pobreza e exclusão a democracia admite? Quanta democracia permite uma economia que empobrece não apenas os desempregados, mas também camadas sociais que conseguem emprego? De quanto tempo as novas democracias precisam para oferecer soluções reais aos problemas da exclusão econômica antes de gerar não apenas perda de legitimidade dos governos, mas também desencantos com a democracia realmente existente? (Osório, 2019, p. 231)

O autor encontra nas transformações do padrão da reprodução do capital e no padrão de legitimidade o direcionamento para a resposta de seus questionamentos. Como já abordado em Cueva e Borón, o último terço do século

XX foi de grandes transformações no campo político, social e econômico - a nova divisão internacional do trabalho, o esgotamento da relação mando-obediência e uma mudança radical nos mecanismos de legitimação do Estado.

A começar pelas alterações no campo econômico-social, segundo Osório (2019, p. 231), tratava-se de um novo padrão de reprodução de capital de especialização produtiva que está “particularmente direcionado para os mercados externos” e, no âmbito social, esse fator tem “sido acompanhado de drásticas restrições ao mercado interno criado pelas classes assalariadas”. Em resposta, os níveis de emprego diminuem, enquanto os desemprego e subemprego aumentam, marginalizando camadas sociais e alterando suas posições de consumo. Além disso, este modelo exportador implicou em uma transformação nas condições de trabalho, gerando condições perversas para os trabalhadores. Conforme o autor,

[...] sob tal modalidade de reprodução, a precarização do trabalho, o aumento da pobreza e da miséria e o crescimento da desigualdade social passaram a ser resultados normais (Osório, 2019, p. 242)

O novo padrão de reprodução contou com o neoliberalismo como política econômica para abrir os caminhos necessários para a acumulação e reprodução do capital. Neste ínterim, o funcionamento do Estado passa a ser incompatível com os princípios do neoliberalismo - se até então o padrão de dominação e legitimidade dos setores dominantes era garantida pelo protecionismo e paternalismo estatal, a nova era do capital demandava transformações na esfera política:

Do Estado paternalista e protetor deveria se passar ao Estado eficiente, e do súdito ao cidadão. A legitimidade seria alcançada (...) por sujeitos adultos e políticos, sábios, capazes de decidir em consultas eleitorais transparentes e que recebem do mercado os benefícios equivalentes ao seu esforço e capacidade. (...) Foi no bojo dessa agressiva política econômica e social que emergiu o discurso político da transição para a democracia (Osório, 2019, p. 242).

Contraditoriamente, conforma-se uma “aporia entre o projeto econômico e o discurso político” (Osório, 2019, p. 243), pois ao considerar a vida social como uma unidade, Osório argumenta que não é possível resolver a equação em que no campo econômico-social observam-se processos de “espoliação, desapropriação, pauperização e exclusão” ao mesmo tempo em que no campo político os indivíduos que antes ocupavam o lugar de súditos, passam a ser reconhecidos enquanto

cidadãos. Diante dessa incompatibilidade, os primeiros anos do período da democratização na América Latina significou uma sintonização do campo político com o campo econômico:

a força do voto serviu apenas para definir a substituição das elites ou da classe reinante que administra o aparato estatal, nunca para definir a agenda nem o rumo dos assuntos públicos, ou então o padrão de reprodução ou a política econômica que deve ser aplicada, o tipo de comunidade estatal a ser construído ou o espaço de decisões possíveis na chamada democratização (Osório, 2019, p. 244)

Contudo, sabemos que a realidade social é dinâmica e sujeita a transformações. Para a surpresa dos setores dominantes, mesmo diante das condições de vida na qual a classe trabalhadora latino-americana encontra-se submetida, a democracia deu espaço para governos populares chegarem ao poder. Os novos governos populares não tinham em sua agenda política somente “a administração de projetos e interesses do grande capital local e estrangeiro” (Osório, 2019, p. 269). Essa rápida rearticulação popular, após as violentas guerras contrainsurgentes na América Latina entre os anos 1960 e 1980, mostram que apesar da ampla “transformação de estruturas e relações de ruptura de tecidos sociais” (Osório, 2019, p. 247), o potencial de transformação dos oprimidos é intrínseco a configuração reprodutiva que lhe atravessa enquanto classe trabalhadora.

Segundo Osório, no Estado capitalista, o manejo do aparato estatal tende a estar nas mãos da burguesia. Entretanto, é no hiato entre o Estado e o aparato do Estado, nos termos de Osório, que reside a possibilidade da classe trabalhadora acessar sua administração. Este fato se configura como expressão da dominação ideológica e como elemento vital para a manutenção “de uma ordem societária sustentada no imaginário de uma comunidade conformada por homens livres e iguais” (Osório, 2019, p. 247).

Nas eleições da democracia liberal não está em jogo o poder político do Estado. Não se convoca eleições para decidir se organizaremos a vida em comum em torno da propriedade comum ou em torno da propriedade privada dos meios de produção. Nas eleições, somente se decide quais forças políticas e/ou pessoas assumirão os principais cargos do aparelho do Estado, ou seja, quem encabeçará as instituições onde se administra o poder político, não quem detém o poder político (Osório, 2019, p. 156)

Esse cenário deixa explícito a própria contradição do modo de produção capitalista, pois é a barbárie inerente a sua reprodução que alimenta as “tendências permanentes para a rebelião e para a constituição de sujeitos sociais que recorrentemente colocam em questão as bases da dominação e da exploração” (Osório, 2019, p. 253). Dessa forma, torna-se presente a atualidade da revolução, diante da inevitável barbárie que resulta desta estranha convivência.

Identifica-se, na produção do autor, uma centralidade no que refere-se a análise dos padrões de legitimidade nas sociedades latino-americanas, da qual Osório elenca três formas centrais. A primeira, o caso do Chile, Uruguai, Costa Rica e Brasil - em sociedades que “o capital conseguiu que a passagem de um padrão a outro fosse aberta e as consultas eleitorais, a cidadanização e o voto se tornassem a forma fundamental na reorganização da relação de mando-obediência” (Osório, 2019, p. 260):

sustentados numa cultura eleitoral de relativa longa data, na profundidade e extensão do processo contrarrevolucionário, no desarme ideológico, no esquecimento, bem como na rápida adoção por parte da esquerda política dos princípios econômicos neoliberais e ao padrão de reprodução construído no período ditatorial – onde existiram. Tudo isso se combina, nesses casos, para que haja atualmente uma direita democrático-liberal e uma esquerda – onde existe – que adota a mesma visão, sendo qualificada por isso como “moderna” e apresentada pelos porta-vozes do capital como modelos a serem seguidos pelo resto da esquerda regional (Osório, 2019, p. 260).

A segunda forma é observada principalmente na Venezuela e Bolívia, em sociedades que nos períodos de redemocratização as forças políticas populares ganharam as eleições nos cargos presidenciais, promovendo políticas que criaram entraves para a reprodução do capital. Nestes países, os processos para desenvolver o novo padrão de legitimidade deixaram “[...] sinais de interrogação sobre a capacidade do capital para restituir sua hegemonia” (Osório, 2019, p. 260). Isso pois,

[...] no primeiro caso, bases políticas em importantes tendências nacionalistas e anti-imperialistas no seio das Forças Armadas (da qual provém o próprio presidente Chávez), e, no segundo, a articulação popular e a massiva e persistente organização e mobilização de mineiros, camponeses e dos povos indígenas em geral (Osório, 2019, p. 260).

Por fim, a terceira forma, que tem como principal caso o do México, em que observou-se um padrão autoritário que se difere dos dois primeiros casos. Neste caso, após contrarrevolução, as decisões da sociedade civil deliberadas em 1988 pelo Partido Revolucionário Institucional foram violadas pelo aparato estatal:

[...] os setores dominantes romperam as bases de sustentação da relação de mando-obediência que organizava a comunidade estatal no arremedo de *welfare state* dependente, mas não conseguiram estabelecer o novo padrão de legitimidade sustentado em consultas eleitorais e no voto cidadão (Osório, 2019, p. 260).

Osório chama este acontecimento de um empate catastrófico entre as classes dominantes e dominadas. O processo de legitimação não alcançou seu objetivo e as massas populares não tiveram forças para efetivar sua vitória durante as eleições. Desta situação, onde não se alcança uma solução consensual, a resposta é o surgimento de um novo tipo de autoritarismo, pela via da militarização, criminalização das oposições, fraudes eleitorais e uso dos meios de comunicação estreitamente vinculados ao Estado.

A partir desta análise, conclui-se que a forma que a democracia assume na América Latina é intrínseca à luta de classes que se conforma em cada território. Conforme Osório, a particularidade da questão democrática responde aos mecanismos - que de tempos em tempos se renovam - para garantir a reprodução do capital através de soluções políticas em torno das democracias restritas.

Ademais, a partir de uma sucessão de episódios na segunda década do século XXI, além das análises acerca da chamada transição à democratização, o autor avança para a análise das crises das democracias na América Latina naquilo que Osório vai denominar como arremedo democrático. Em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016), têm-se a destituição dos presidentes democraticamente eleitos através de golpes. Na Venezuela e Bolívia, uma expressiva crise nos governos populares. Na Argentina, a ascensão do governo reacionário de Mauricio Macri. Segundo Osório, esses acontecimentos

colocam em evidência que o período aberto com a chamada transição à democracia chegou ao fim na região e que assistimos a uma reconfiguração das formas de governo que surgiram com aquele processo, colocando então em marcha uma nova forma: *o Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral* (Osório, 2019, p. 232, grifos do autor).

Essa nova forma de governo expressa o novo estágio de desenvolvimento da burguesia interna que como vimos, está estreitamente vinculada ao capital estrangeiro. Também reflete os esforços empregados por essas frações e pelo capital internacional contra as lideranças, organizações e políticas sociais dos governos populares que tiveram ascensão durante a democratização, com o objetivo de retomar a gestão do aparato do Estado.

O Estado de segurança com verniz eleitoral é, portanto, resposta às exigências econômicas e políticas do capital. Desta forma, os processos eleitorais continuam presentes, mas restritos ao uso de mecanismos de controle em relação às forças políticas que participam do processo, candidatos(as) e aos resultados, para “reduzir os perigos de surpresas como os governos populares ou mesmo progressistas” (Osório, 2019, p. 234):

Isso requer que se acabe com a credibilidade das organizações que ameaçam a “paz social” eleitoral desejada pelos grandes, ou mesmo que se extingam tais organizações. Também se requer destruir - quando não eliminar - as lideranças sociais e políticas que possam encabeçar respostas de massas (Osório, 2019, p 234).

Estes mecanismos ganham materialidade nos casos da prisão do atual presidente Lula da Silva no Brasil e sua impossibilidade de participar nas eleições de 2018; da influente ofensiva da mídia contra a ex presidente Cristina Fernández que destruiu qualquer possibilidade de participação em futuras disputas, na Argentina; e dos sucessivos assassinatos de dirigentes sindicais operários e camponeses, lideranças sociais e dirigentes de guerrilhas, na Colômbia.

Conforme Osório, no Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral, desenvolvem-se estratégias de controle e desmobilização da sociedade para desqualificar a resistência social, com objetivo de justificar a vigilância e a intervenção policial e militar. Diante desta análise, o autor aponta a similaridade entre esta forma e o Estado de contrainsurgência:

perseguir ou eliminar quem critica as políticas em curso ou denunciam a corrupção, a impunidade e os abusos de autoridades civis ou militares; estabelecer novas leis para a segurança pública; promover a reorganização das forças policiais, de aparelhos de inteligência e de segurança e das Forças Armadas e sua maior presença nas ruas e cidades; utilizar novos sistemas de controle e vigilância da oposição; e também firmar novos

acordos com os aparelhos de inteligência e de segurança e com as Forças Armadas dos Estados Unidos (Osório, 2019, p. 234).

Esta problemática sinaliza o aumento dos mecanismos de violência do Estado como condição basilar para que esta nova forma se concretize. Seu avanço, somado à crise de projetos alternativos ao capitalismo trazem grandes desafios acerca da esperança em perspectivas futuras. Nada fácil são os tempos atuais no chão latino-americano. Entretanto, como elenca Osório, a história da América Latina “nos surpreende por sua capacidade de recuperação, gerando respostas à nova forma de dominação” (Osório, 2014, p. 238).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período em que escrevia este texto, o filme “Ainda Estou Aqui”, de Walter Salles, estreou nos cinemas nacionais. O filme conta a história de uma família - Rubens, Eunice e seus cinco filhos - que vivenciou a face mais perversa da ditadura militar brasileira. A trama gira em torno do sequestro e assassinato do então deputado federal Rubens Paiva pelos militares. Além de servir como denúncia aos horrores vividos no período da ditadura, o filme explora a angústia daqueles que passaram anos procurando respostas após a perda de seus familiares.

Após o lançamento da obra, o debate da ditadura e da democracia foi reaceso, refletindo mais do que um retrato individual da dor causada pelo regime ditatorial, mas uma reflexão coletiva sobre o papel da memória na defesa da democracia. Essa obra abre mais uma brecha, que aparece de tempos em tempos, trazendo à tona temas que permitem que as massas latino-americanas não sucumbam à persistente dominação. Mesmo com os esforços envidados pela ideologia dominante, o compromisso de *los nuestros* com a verdade histórica (Moura, 1990) da nossa pátria grande deve ser perene. Daí se explicita a relevância de interpretar a democracia sem esquecer da história concreta de nossos países.

Desse modo, este trabalho teve como objetivo geral uma aproximação com as perspectivas sobre a categoria democracia a partir do marxismo e do pensamento crítico latino-americano, sistematizando as formulações clássicas e contemporâneas. Nesse percurso, a dimensão investigativa do Serviço Social e a adoção da teoria social crítica possibilitou a apreensão da totalidade em suas dimensões de universalidade e particularidade.

A presente monografia buscou identificar a relação entre democracia e capitalismo a partir de Marx, Engels e Lênin, incluindo uma breve análise do aparato do Estado no percurso. Para tanto, percorremos uma abordagem teórico-conceitual da particularidade histórico-estrutural da democracia na América Latina, considerando a herança de seu passado escravista e subdesenvolvido. Finalizamos com a sistematização das principais contribuições teóricas de autores latino-americanos vinculados à teoria crítica.

Ao longo do estudo, foi possível identificar que, mesmo a democracia sendo o fio condutor deste trabalho, o pano de fundo dessa discussão nos clássicos

supracitados é o modo de produção capitalista e as contradições que lhe são inerentes. Nesse sentido, a democracia e o Estado em sua forma moderna não podem ser compreendidos por si mesmos. O estudo do aparato do Estado revelou suas limitações e contradições enquanto manifestação do antagonismo de classes. Sem a sua intervenção, sem os mecanismos de opressão e repressão, sem o falso princípio de igualdade e liberdade e sem o aparato burocrático que constitui o Estado, não seria possível a reprodução da sociabilidade nos moldes capitalistas.

Contudo, ainda que diante de um cenário inegavelmente desalentador, essa realidade não deve culminar na renúncia da classe dominada. Há de se considerar que é através da luta de classes que se dará concretude para formatos mais ampliados ou restritos do Estado burguês. Nesse sentido, para os revolucionários, através da disputa e pela tomada do Estado - longe de ser reduzido a um processo simples e rápido - que sua superação se torna um horizonte.

Nesse ínterim, foi pelas lentes da teoria social de Marx que se tornou possível olhar para a democracia enxergando suas contradições. A partir da perspectiva histórica, podemos concluir que a característica central da relação entre capitalismo e democracia é seu caráter inversamente proporcional entre a socialização da vida humana e a inclusão da classe dominada nos processos de participação. Quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, mais restritos os espaços de decisão - o capital avança à medida em que a democracia recua.

As experiências concretas mostram que as decisões democráticas não tocam as estruturas fundantes do capitalismo, e quando o capital se vê ligeiramente ameaçado, ele rapidamente se reorganiza nas instâncias políticas e sociais. Importa considerar a histórica luta empreendida pela classe trabalhadora ao longo da história latino-americana. Cabe ainda o reconhecimento de tantos *nuestros* e *nuestras* que deram suas vidas em luta pela liberdade e construção de uma sociabilidade que não seja mediada pela exploração, violência e desumanidade.

Nessa linha, faz-se imprescindível o reconhecimento de que é somente pelo aprofundamento da democracia que a superação do capitalismo torna-se possível. No pensamento de Marx, portanto, identificamos que a questão democrática está sempre ligada com a implosão deste modo de produção e com a mirada na transição socialista.

Na perspectiva alicerçada desde a formação sócio-histórica da América Latina, concluímos que os Estados nacionais de capitalismo dependente tomam forma particular, ainda que com diferenças decorrentes das especificidades territoriais. Devido ao legado comum da experiência do colonialismo, do escravismo e das relações de subdesenvolvimento, o que temos no continente latino-americano é um Estado subsoberano que responde às demandas e ditames imperialistas e uma burguesia nacional que responde à burguesia dos países centrais. Para compensar essa conformação fundada na debilidade dos Estados nacionais e da burguesia, as dimensões autoritárias do Estado são acentuadas, implicando diretamente no alcance democrático.

Agustín Cueva, Atilio Borón e Jaime Osório fazem uma lúcida exposição acerca da democracia no chão latino-americano. A nenhum dos autores cabe depreciar a democracia enquanto meio para que certas reivindicações sejam alcançadas, mas suas análises tomam como objetivo alcançar os limites da democracia inserida na reprodução dependente do capital. Os autores dialogam ao reconhecer a democracia não como uma categoria exclusivamente política - mas uma categoria atravessada por determinações econômicas, sociais e ideológicas, onde a realidade concreta nos mostra uma *democracia restringida* frente às amarras do capitalismo dependente. Essa compreensão se constitui como chave explicativa deste trabalho.

Aprendemos com *los nuestros* que a democracia na América Latina foi estruturada sob bases falseadas e frágeis, subordinada a um Estado que responde às demandas do capital imperialista. Na democracia moderna e liberal, a igualdade jurídico-formal se choca com a desigualdade social. No caso da América Latina, em que a superexploração do trabalho resulta em condições de vida extremamente precárias para a classe trabalhadora, é desafiador falar sobre relações democráticas. As forças dominantes atuam para a manutenção do ideário democrático alicerçado no pleito eleitoral, tornando a igualdade jurídico-formal um discurso vazio diante da dura realidade de quem vive à sombra da miséria e da marginalização.

Por fim, recuperando os estudos desenvolvidos ao longo da produção da presente monografia e dos debates sistematizados nos capítulos antecedentes, esperamos ter conseguido demonstrar a centralidade da democracia enquanto

mecanismo de legitimidade do Estado subsoberano para garantir a reprodução dependente do capital.

Ainda que consideremos que o objetivo geral deste trabalho foi alcançado, cabe apontar as limitações deste percurso. Dada a envergadura do tema da democracia, as análises aqui elaboradas, de caráter aproximativo, não permitiram um nível de abstração que alcançasse as singularidades das experiências democráticas no chão latino-americano. Compreendemos que esse é um grande determinante para uma análise crítica. Além disso, considerando a perspectiva da totalidade, torna-se necessário a análise da sociabilidade capitalista a partir do recorte da tríade raça-classe-gênero. No entanto, o produto deste trabalho permitiu uma análise em que a classe ganhou centralidade, mas não avançou em relação a raça e gênero. Reconhecemos a igual importância do recorte de raça e gênero a ser desenvolvido, compreendendo que esses debates subsidiam o avanço no debate da transição socialista.

À guisa de conclusão, à luz do pensamento marxista e da teoria crítica, a superação dessas contradições, embora desafiadoras, permanecem como um horizonte possível quando reconhecemos o potencial transformador do qual a classe trabalhadora carrega em si enquanto sujeitos históricos. Aprendemos com Borón que a definição integral da democracia reflete uma *utopia positiva* e a construção de uma nova sociabilidade livre dos processos de exploração, opressão e alienação. É nesse horizonte de transformação social que o(a) assistente social, enquanto profissional comprometido com projeto social que almeja à emancipação dos sujeitos sociais, têm as ferramentas para a construção e socialização de uma visão crítica da democracia.

A luta pela democracia, portanto, não se dá isoladamente do plano político, mas em todas as esferas da vida. Exige, portanto, a liquidação do capitalismo dependente e das formas de dominação e exploração que constituem a história e a realidade da América Latina.

REFERÊNCIAS

BRAZ, Marcelo. NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. 1ª. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BORÓN, Atilio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BORÓN, Atilio. **A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal**. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Lavrapalavra, 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Breve história da democracia**. In: Democracia em colapso? Curso: a democracia pode ser assim - história, formas e possibilidades. São Paulo: Boitempo, 2019.

DEL ROIO, Marcos. Estado e democracia no Marxismo. In: **Revista Novos Rumos**, n. 27, v. 13, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5.ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

FEIJÓO, José Carlos Valenzuela. **O estado neoliberal e o caso mexicano**. In: LAUREL, Asa Cristina (org.). Estado e políticas sociais na América Latina. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: L&PM Editores, 2010.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1980.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JACQUES, Luís Fernando; OLIVEIRA, Luana Aparecida de. O Estado a partir do pensamento de Marx e Engels: das ilusões do reformismo à sua necessária superação. Griot: **Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 331–340, 2021.

LENIN, Vladimir. **Democracia e luta de classes**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a revolução: a doutrina marxista sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. São Paulo: Faculdade de Educação, UNICAMP, 2011.

LIMA, Telma Cristiane Sasso. MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**. 2007, p. 37-45.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. Tradução de Maria Lúcia L. de A. Pereira. 2. ed. São Paulo: Editora Martins, 1923.

LOWY, M. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias - uma visão histórica**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2018).

LUXEMBURGO, Rosa. **Textos escolhidos**. 2 vols. Organização de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boi tempo, 2010.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Lutas de classe na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. A luta pela democracia na América Latina. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 646–657, 2022.

MARTINS, C. E. **O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais**. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). Desenvolvimento e Dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013, p. 15-48.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2.^a ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, edição Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. Atritos entre a história, o conhecimento e o poder. **Revista Princípios**, nº. 19, 1990.

NETO, Antonio Cabral. Democracia: velhas e novas controvérsias. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 287-312, 1997.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. 1^a. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder**. Outras expressões: São Paulo, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMPINELLI, Waldir José. Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos (Resenha de: BAEZ, Fernando. A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização). In: **REBELA**, v.4, n.3. set./dez. 2014.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. Democracia e ditadura na teoria política de Marx e Engels. Rio de Janeiro: **Em pauta**, n. 41, v. 16, p. 34 – 48, 2018.

SANTOS, Theotonio dos. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SILVA, Maicon Cláudio da. **O Estado em seu labirinto: a particularidade do Estado na América Latina.** 2019. 121 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SOUZA, Cristine Luiza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente.** 1.^a ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013.